

RIO+20

Em busca de um mundo sustentável

Senado contribui para que conferência da ONU aponte caminhos para conciliar desenvolvimento e meio ambiente





e cidadania

O Senado Federal coloca à sua disposição o portal e-Cidadania. Nele você pode fiscalizar o orçamento público, propor ideias para novas leis ou alterações das que já existem, bem como sugerir a realização de audiência pública.

Esses e outros recursos você encontra no e-Cidadania: mais um canal criado para o cidadão exercer a democracia.

**e-Cidadania:
Sua participação além do voto**

www.senado.gov.br/ecidadania

twitter.com/e_cidadania

facebook.com/eCidadaniaSF

SENADO
FEDERAL



Carta ao leitor

Realizada há 20 anos, a Rio-92 é considerada uma das conferências de maior sucesso já realizadas pela ONU. Nela, o mundo reconheceu que o desenvolvimento deve, ao mesmo tempo, combater a miséria e não agredir o meio ambiente.

Este ano, o palco das discussões retorna ao Rio de Janeiro. Mas, se há 20 anos o Brasil atravessava um período de dificuldades na economia e na política, hoje o cenário é outro: estabilidade, moeda forte, exportações de alimentos e promessas de grande produção de petróleo.

Porém, a crise econômica nos Estados Unidos e na Europa, diferentemente do que aconteceu em 1992, limita o poder dos governantes desses países de firmar acordos que possam ter impactos na economia. Assim, ainda que o Brasil se mostre mais preparado para organizar a reunião e influir em sua pauta, a Rio+20 não dispõe das condições favoráveis no contexto internacional que a Rio-92 teve.

Para que a Rio+20 traga os avanços esperados, o Senado se articulou com o governo federal e a ONU e ouviu especialistas em audiências públicas em duas subcomissões, ambas presididas pelo senador Cristovam Buarque — vinculadas às comissões de Relações Exteriores e de Meio Ambiente. Patrocinador desses debates, o senador Fernando Collor foi protagonista da Rio-92 como presidente do Brasil e da própria conferência. Agora, ele insiste que a Rio+20 deve ter papel semelhante ao da reunião anterior e avançar no tratamento adequado do futuro da Humanidade.

Ainda que haja restrições a acordos mais ousados, a esperança é que a Rio+20 reafirme compromissos com as próximas gerações. Para isso, o Senado sugere que a conferência traga consequências práticas como a adoção do princípio da não regressão, pelo qual seria impossível desfazer o que já foi alcançado em conferências anteriores, como a própria Rio-92.

Em discussão! traz uma análise, com muita história, do que é possível e o que se pode esperar da reunião. E apresenta ideias e opiniões do Senado para a conferência.

Boa leitura!

Uma questão da Humanidade

José Sarney*

Proteger o meio ambiente é uma antiga necessidade da Humanidade, em que está em jogo nada menos que sua sobrevivência. Os dados falam por si. Há poucos dias, o jornal francês Le Monde publicou um quadro sobre a quantidade de água sobre a Terra. Juntando-se toda a água potável numa única esfera projetada sobre o globo terrestre, ela aparece como uma pequena cabeça de alfinete. A imagem transmite, imediatamente, a ideia da fragilidade da vida, que da água é tão dependente.

Em 1972, fiz o primeiro discurso no Parlamento brasileiro sobre ecologia, comentando a Conferência de Estocolmo e as graves revelações que pela primeira vez eram feitas num foro mundial. Avisava: "É a primeira tomada de posição da Humanidade, através dos Estados, sobre um problema que se tornou evidente com o avanço da era industrial. Os resultados parece que foram muito pávidos". Em 1975, num discurso que chamei de "O momento crítico da Humanidade", falava sobre o papel dos legisladores: "Cabe a nós, legisladores, com base nas pesquisas, a adoção urgente de política interdependente que possa preservar o Homem, em sua integridade, por meio da preservação do seu habitat."

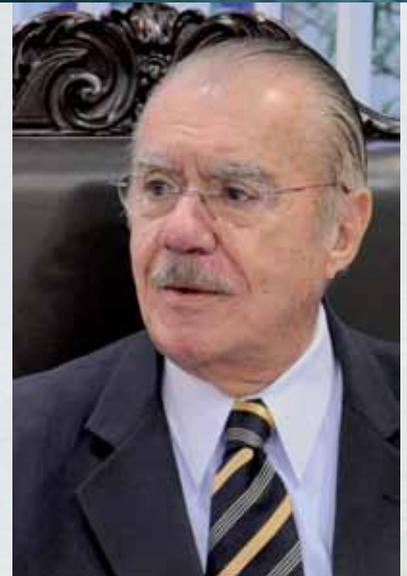
Foi com essa convicção já amadurecida que, quando presidente da República, criei o Programa Nossa Natureza, primeira operação em larga escala contra queimadas e desmatamentos na Amazônia, e o Ibama. Também fizemos gestões diplomáticas para que o país sediasse a conferência que acabou conhecida como Rio-92. O Brasil, assim, se colocou na vanguarda da luta pela preservação da natureza.

Mas medidas propugnadas no Rio, como em Kyoto e outros foros, praticamente foram ignoradas pela violência de um modelo de crescimento econômico do qual vemos hoje a crise atingir como um choque toda a sociedade. A grave crise do meio ambiente deveria ter ainda maior repercussão, pois ela tem consequências a longo prazo que, repito, afetam a sobrevivência da Humanidade.

O desafio da Rio+20 é encontrar o difícil consenso universal. Temos que ter a consciência de que é inviável um padrão de consumo que gasta acima da capacidade de renovação da Terra. Temos que acabar com a divisão entre os que têm em excesso e os que não têm nada. Temos que marchar para um modelo sustentável.

A sustentabilidade não é uma palavra a mais, mas a chave de nosso futuro.

* Presidente do Senado Federal



SUMÁRIO

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1ª vice-presidente: Marta Suplicy
2ª vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Expediente

Secretaria Especial de
Comunicação Social



Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

A revista **Em discussão!** é editada pela
Secretaria Jornal do Senado

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: João Carlos Teixeira, Joseana Paganine e Sylvio Guedes

Reportagem: João Carlos Teixeira, Joseana Paganine e Sylvio Guedes
Capa: Priscilla Paz sobre imagens de Stock.XCHNG
Diagramação: Priscilla Paz

Arte: Cássio Costa, Diego Jimenez e Priscilla Paz
Revisão: André Falcão, Joseana Paganine, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Pesquisa de fotos: Bárbara Batista, Braz Félix e Leonardo Sá

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor:
Shirley Velloso (61) 3303-3333

Tiragem: 3.500 exemplares

Site: www.senado.gov.br/emdiscussao

E-mail: jornal@senado.gov.br

www.facebook.com/jornaldosenado

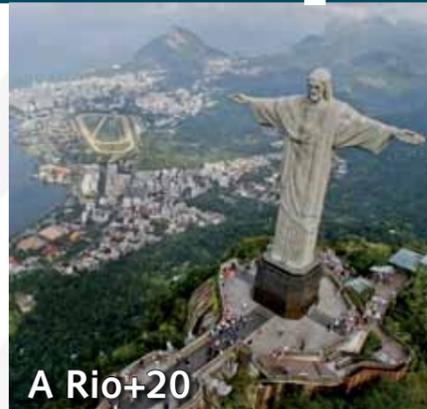
Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado)

Tel.: 0800 61-2211

Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do
Senado Federal, 20º andar —
70165-920 — Brasília (DF)

Impresso pela Secretaria Especial de
Editoração e Publicações — Seep



A Rio+20

PEDRO KIRLOS/RIOTUR

Maior reunião da ONU em 2012 tem presença do Senado

PÁGINA 6

Muitos problemas e impasses nas negociações

PÁGINA 9

História: a Rio-92 e as conferências anteriores à Rio+20

PÁGINA 12

Cronograma prevê ONGs e chefes de Estado

PÁGINA 18



Contexto

MIG RAHUL

Cenário internacional dificulta resultados práticos

PÁGINA 20

Brics busca consenso para a reunião

PÁGINA 23



Temas em discussão

OSLAIM BRITO /TRANSITOAOVIVO

Economia verde é conceito em construção

PÁGINA 26

As crises do modelo atual

PÁGINA 28

Desenvolvimento sustentável ainda é desafio

PÁGINA 34

ONU pode ter órgão para tirar acordos do papel

PÁGINA 40

O Senado na Rio+20



MARCELLO CASAL JR

Senadores querem que Brasil pressione por avanços

PÁGINA 42

Alimentação, água, energia... As contribuições da CRE e da CMA

PÁGINA 47

Senado terá 24 representantes oficiais na conferência

PÁGINA 54

Cúpula Mundial de Legisladores acontece pela primeira vez

PÁGINA 56

Os eventos do Senado na Rio+20

PÁGINA 57

Saiba Mais

PÁGINA 58

Senado participa da maior conferência da ONU em 2012

Reunião tem a missão de renovar compromissos com o desenvolvimento sustentável em meio a urgências ambientais, sociais, econômicas e políticas que entravam a definição de metas para evitar degradação ambiental



Sede das Olimpíadas de 2016, da Copa do Mundo em 2014 e da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica em 2013, o Rio de Janeiro vai atrair as atenções de todo o planeta. E essa mobilização começa já este ano, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Cnuds), que acontece entre 13 e 22 de junho.

A reunião é também denominada Rio+20, remetendo justamente às duas décadas decorridas

de um dos maiores eventos mundiais que a cidade já sediou: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), mais conhecida como Rio-92, que se tornou referência para todos os que acreditam que o desenvolvimento pode ser sustentável e que se preocupam com as condições de sobrevivência futura no planeta.

Em 1992, chefes de Estado e governo de mais de 170 países realizaram uma das reuniões mais produtivas que a Organização das Nações Unidas (ONU) já

promoveu, dando origem a cinco documentos que servem de base para as negociações que envolvem o meio ambiente até hoje, entre eles a Agenda 21 (*leia mais na pág. 12*).

Naquele momento, o Brasil vivia a hiperinflação (1.158% em 1992) e taxas de crescimento baixas. No Rio de Janeiro, um sério conflito urbano, causado pelo tráfico de drogas, levou as Forças Armadas às ruas. Situação diferente da que os visitantes internacionais vão encontrar duas décadas depois. A cidade atravessa um

período de pacificação e de investimentos altos, com a descoberta de grandes reservas de petróleo no litoral, em meio aos preparativos para se tornar a anfitriã de grandes eventos internacionais.

No plano internacional, em 1992 o momento era propício para que as lideranças mundiais avançassem na agenda ambiental com perspectivas de crescimento na economia depois da queda do Muro de Berlim e do bloco socialista no Leste Europeu. Em 2012, as situações se invertem: enquanto o Brasil atravessa um período

de relativa prosperidade, o mundo, principalmente os países desenvolvidos, lidam com uma grave crise econômica desde 2008, que trouxe altos níveis de desemprego e insatisfação da população com seus líderes (*leia mais na pág. 20*). Somente na Europa, 11 chefes de governo já foram substituídos nos últimos quatro anos.

Esse é um dos fatores que fizeram com que, em vez de avançarem, muitas das negociações emperrassem desde a Rio-92. Apesar da urgência exigida pelos estudos científicos que demonstram as

mudanças no clima, a deterioração dos ecossistemas e a necessidade de ação, alterações de rumo no atual modelo de desenvolvimento não encontram espaços. Um documento do Clube de Roma (conceituado grupo de líderes mundiais e cientistas) lançado um mês antes da Rio+20 não deixa dúvidas: até 2052, a temperatura média da Terra terá se elevado em 2°C e a sobrevivência da Humanidade estará em perigo.

A própria agenda básica de discussões do evento, documento batizado de *Esboço Zero*, não

Rio de Janeiro, sede das duas conferências: instabilidades no cenário econômico impediram avanços na agenda ecológica desde 1992

animou os ambientalistas ao redor do mundo. A conferência, de acordo com o texto, deverá centrar-se em dois temas: 1) economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e 2) governança internacional para o desenvolvimento sustentável. Os assuntos são considerados muito genéricos, polêmicos em sua própria conceituação, o que faz com que sejam baixas as expectativas de que haja avanços práticos na luta contra a deterioração do meio ambiente.

Porém, o secretário-geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, que esteve no Senado em março, acredita que o documento traz pelo menos uma “chamada decisiva para a imediata implementação de ações” e a identificação dos principais atores a assumirem papéis no processo de busca por um modelo de desenvolvimento que não agrida tanto o planeta. Esses avanços seriam os possíveis também por conta da falta de consenso entre os próprios países em desenvolvimento (*leia mais na pág. 23*).

É nesse contexto, entre a urgência ambiental, a econômica, a política e a social, que acontece a Rio+20, a mais importante reunião promovida pela ONU este ano, na qual são esperados mais de 130 chefes de estado.

— Trata-se de uma conferência com uma agenda moderna, do século 21, que abandona os isolacionismos do século 20, com uma visão que aponta a intersecção entre o desenvolvimento sustentável e as áreas ambiental (clima, perda de biodiversidade), social (desemprego, desigualdade) e econômico-financeira — afirma, otimista, Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e coordenador-geral dos preparativos da Rio+20.

Atento à importância do evento, o Senado, principalmente por meio das comissões de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), vem se preparando para participar.



Embaixador Figueiredo (E), Sha Zukang, Fernando Collor, Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque: Senado está empenhado em ajudar no sucesso da conferência

Nessas duas comissões foram criadas subcomissões — ambas presididas pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) —, que realizaram pelo menos 15 reuniões para avaliar propostas e o cenário político da Rio+20. Em novembro passado, foi encaminhado um documento com sugestões de senadores para o texto-base da conferência.

Futuro do planeta

Em março deste ano, uma comitiva de senadores foi recebida por Sha Zukang no Rio de Janeiro para uma vistoria dos locais onde acontecerá a conferência. E uma comissão de 13 senadores e 13 suplentes já foi nomeada pelo presidente do Senado, José Sarney, para, em junho, acompanhar de perto as discussões na capital carioca. (*leia mais na pág. 57*).

Uma coincidência também atrai as atenções para a participação do Senado na Rio+20: presidente da República em 1992, quando transferiu a capital de Brasília para o Rio de Janeiro por 15 dias durante a Rio-92, Fernando Collor (PTB-AL) é hoje senador e presidente da CRE. Nessa condição, Collor vem dando especial atenção à realização do evento, com críticas e contribuições para tentar elevar a participação nacional e os próprios resultados da Rio+20.

— O sucesso da Rio+20, no qual teimo em acreditar, será medido pelas decisões a serem tomadas e pelo número de chefes de Estado e de governo que venham a comparecer. Mas confio, sobretudo, na participação contundente da sociedade civil mundial para a quebra desse terrível paradigma que é o padrão de produção e consumo hoje adotado — afirmou Collor em reunião da CRE.

Mesmo que o documento inicial da reunião não tenha empolgado, existe ainda o lado simbólico de o mundo se mobilizar no Rio de Janeiro mais uma vez para discutir o futuro do planeta. Nesse sentido, o economista Sérgio Besserman Vianna, presidente do Conselho da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Rio+20, resumiu:

— Acho que ainda podemos ter alguma esperança com relação à Rio+20, mas não sou otimista. Porém, para algo muito maior do que a Rio+20 como conferência da ONU, como momento de um processo político global de transformação, eu sou muito otimista. Eu acho que o mundo sairá diferente.

Nas próximas páginas, a revista **Em discussão!** traz informações sobre a conferência, seus antecedentes e os resultados que podem ser obtidos na Rio+20, bem como sobre a participação e as contribuições do Senado Federal para o evento.

Sobram problemas, mas falta consenso

Mesmo acontecendo 20 anos depois da Rio-92, em vez de mais ambiciosa, a Rio+20 não deve trazer tantos avanços práticos como a sua antecessora. As razões para isso são muitas e passam pela crise econômica nos países desenvolvidos, pela falta de consenso entre os países em desenvolvimento e pela própria dinâmica das discussões internacionais, hoje distribuída em diversos fóruns, que debatem clima, água e energia, entre outros temas com repercussões para o meio ambiente e para o desenvolvimento.

— Qualquer análise e avaliação futura dos resultados da Rio+20 e de sua importância devem começar por situá-la adequadamente na história. A Rio+20 não é uma conferência convocada para resolver esses problemas [fome, crise ecológica entre outros]. Tratá-la dessa forma talvez não seja a melhor maneira de fazer o processo político avançar — alerta o economista Sérgio Besserman.

O momento adverso que atravessam os países desenvolvidos, especialmente os europeus e os Estados Unidos, nas esferas eco-

nômica, política e social, é apontado como o principal empecilho a decisões mais contundentes na Rio+20. Afinal, uma mudança na exploração de recursos naturais e energéticos implica esforços que podem ser impopulares em um primeiro momento e até mesmo incompatíveis com o enfrentamento imediato de problemas sociais graves, como o desemprego.

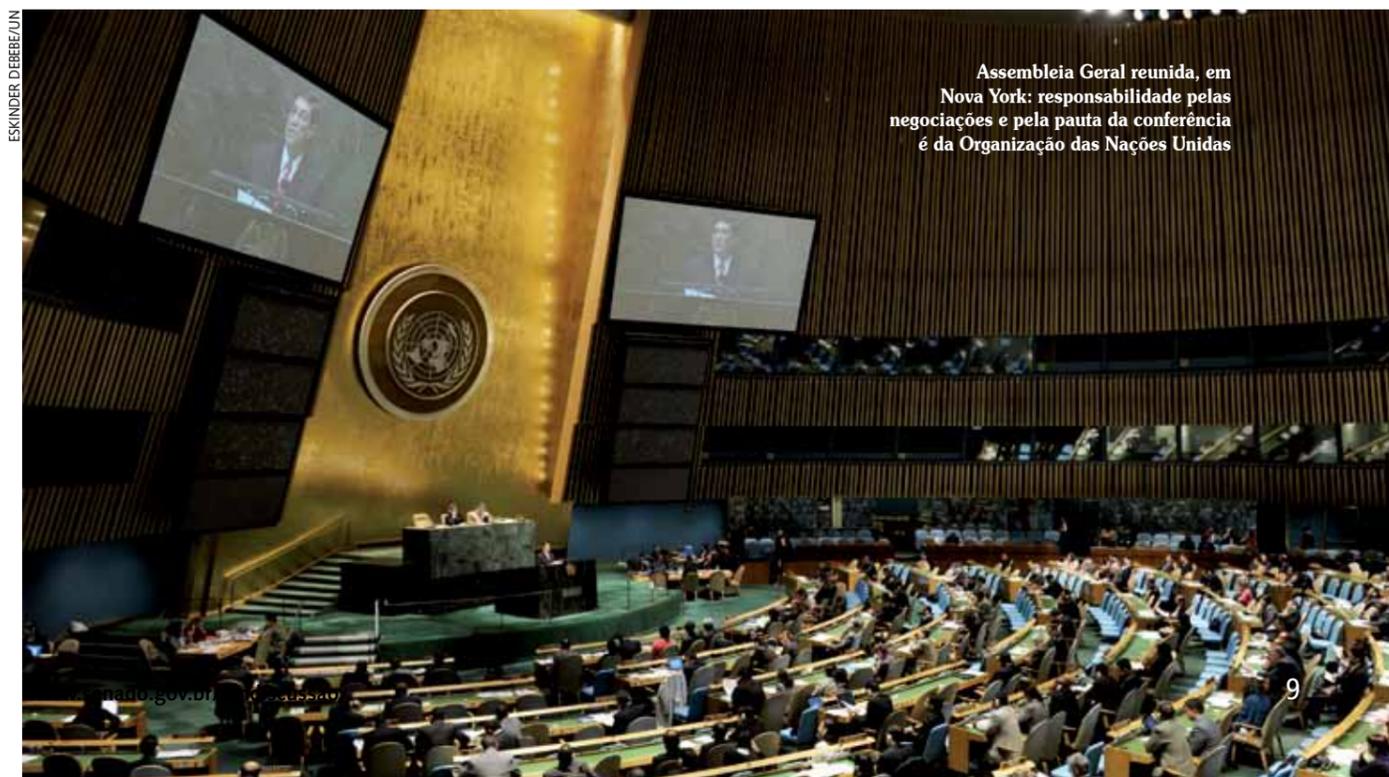
Outro fator que limitou a pauta da Rio+20 foi a criação, nas últimas décadas, de fóruns específicos para tratar de assuntos como água e mudanças climáticas, que possuem processos de negociação próprios. Se não houve decisões na conferência específica sobre mudanças climáticas, por exemplo, não há expectativa de que isso ocorra no Rio.

Assim, a conferência deste ano é menos específica — e por isso com menores chances de levar a um plano de ação mais claro. Baseada em três pilares — econômico, social e ambiental —, a Rio+20 tratará basicamente de dois temas: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento

sustentável no âmbito das Nações Unidas.

— Deveríamos ter o senso de urgência. A Rio+20 precisa mostrar como podemos avançar mais rapidamente em direção ao desenvolvimento sustentável, antes que seja tarde demais. Devemos ser ambiciosos e muito práticos. Precisamos de objetivos e de ação. E espero que a Rio+20 venha com um plano de ação específico — declarou o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, em reuniões nas comissões do Senado.

Porém, os próprios conceitos de economia verde e de desenvolvimento sustentável ainda carecem de consenso (*leia mais na pág. 26*). Até por isso, a previsão é de que as reuniões se limitem a analisar os progressos feitos nos últimos 20 anos, as dificuldades para implementação de acordos e os novos desafios e urgências. Como resultado, especialistas concordam que deve ser elaborado um documento mais político que técnico (*leia mais na pág. 11*), uma carta de intenções que reafirme o pacto mundial em torno da sustentabilidade. O próprio *site* oficial da conferência



Assembleia Geral reunida, em Nova York: responsabilidade pelas negociações e pela pauta da conferência é da Organização das Nações Unidas



Em março, durante debate na CRE, professor Eduardo Viola (E) disse temer pelo fracasso da Rio+20, que estaria tendendo a ser algo apenas rotineiro, sem resultados práticos

MORAES/MARZ/AGÊNCIA SENADO

(www.rio20.info) admite que o grande objetivo do encontro é “garantir a renovação do compromisso político internacional para o desenvolvimento sustentável”.

Ainda que governo brasileiro, Senado, fóruns, entidades e ONGs internacionais insistam e pressionem — como deve acontecer em encontros paralelos entre os dias 16 e 19 de junho, antes da reunião de cúpula dos chefes de Estado —, a conferência não deve ir muito além disso.

— As perspectivas da conferência não são positivas. Esta não é uma conferência cujo objetivo é um tratado internacional legalmente vinculante, mas poderia ter papel fundamental na criação de consensos novos. Vinte anos se passaram desde a Rio-92, e a gravidade dos problemas ambientais, relacionados a clima, energia e segurança internacional tem se acentuado. Então, se poderia esperar da Rio+20 um avanço equivalente ao da Rio-92, mesmo que num plano simbólico. Eu não vejo que isso vá acontecer — avalia o professor Eduardo José Viola, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Limites ou fracasso

A responsabilidade pelas negociações e pela pauta da conferência é da ONU, que já apontou, na Resolução da Assembleia Geral 64/236, aprovada em março de 2010, os limites do escopo dos debates. Dessa forma, sendo o anfitrião, o Brasil tem responsabilidade sobre a organização e a logística, mas menor poder sobre a agenda do evento.

— Como país-sede, por um lado, o Brasil tem que promover o consenso, o que dificulta ter uma posição muito definida; por outro lado, pode influenciar a dinâmica da conferência. A situação hoje é difícil para o Brasil, porque a propensão é que a conferência tenda para algo rotineiro, senão um fracasso, que vai ser percebido na história — avalia Viola.

Essa visão de que a Rio+20 possivelmente não dará origem a convenções e compromissos novos como fez a Rio-92, sem ir muito além da retórica diplomática, incomoda os senadores, que também cogitam a possibilidade de insucesso da conferência.

— O que nos assusta é o risco que a Rio+20 seja um fracasso. A gente não vê empenho decisivo do governo brasileiro — reclama o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente das subcomissões da CMA e da CRE que acompanham a Rio+20.

— A gente está percebendo um debate mais no campo retórico, entre economia verde e desenvolvimento sustentável — observa a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Entre a possibilidade de não avançar na velocidade que a sociedade civil deseja e de ampliar o entendimento sobre a urgência de a comunidade internacional encontrar outra forma de relacionamento com o planeta, o fato é que a Rio+20 concentrará as atenções e as expectativas de milhares de pessoas pelo mundo com a esperança, realista ou não, de que outro futuro, que não seja catastrófico para a

Humanidade, possa ser encontrado já este ano.

— A Rio+20 será avaliada pela coragem que terá ao assumir de frente a gravidade dos problemas sobre os quais o conhecimento humano nos informa hoje. Se tergiversar e não reconhecer que estamos frente a um dos maiores desafios da história da humanidade, não estará agregando e, talvez, não seja bem lembrada. Sem dar um passo maior do que suas pernas, deve pelo menos permitir que o processo continue avançando. Mas, acima de tudo, não deve negar a realidade, deve ter coragem para assumi-la e reconhecer a necessidade de, em 20 anos, a humanidade encontrar um caminho sustentável, pois sabemos que o atual é insustentável. Se a Rio+20 for capaz de reconhecer esses problemas e assumir a necessidade urgente de a humanidade, até 2050, neste século, buscar formas de encontrar seu desenvolvimento sem degradar a capacidade do planeta de continuar nos prestando esses serviços indispensáveis à vida, ela terá cumprido o seu papel — avalia Sérgio Besserman.



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Senadora Ana Amélia se preocupa com a possibilidade de o debate entre economia verde e desenvolvimento sustentável acontecer apenas no campo retórico

Senado espera agenda adequada e compromissos

Apesar de os preparativos para a Rio+20 terem sido marcados por críticas generalizadas ao *Esboço Zero* (leia mais na pág. 20), as comissões do Senado ofereceram sugestões, nos debates que promoveram, para que o documento final da conferência tenha conteúdo mais incisivo.

— O lugar desse *Esboço Zero* que a ONU nos proporcionou, perdoem-me, é no lixo. Precisamos extrair da Rio+20 compromissos, acordos, tratados, convenções. Precisamos de uma agenda adequada às necessidades por que passamos o planeta e a população mundial — propõe o senador Fernando Collor.

Para ele, o texto final deve trazer uma conceituação objetiva do que venha a ser economia verde, definições claras na questão da governança global e, especialmente, o princípio do não retrocesso, pelo qual conquistas anteriores em reuniões ambientais e de desenvolvimento sustentável não poderão ser revistas.

O professor da Universidade de São Paulo, ex-ministro da Educação, de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, José Goldemberg, também avalia que o *Esboço Zero* não oferece à Rio+20 a chance de apresentar ao mundo resultados relevantes.

— Não existe um *day after* [dia seguinte] da conferência. Ela se encerrará em uma fotografia e vai, provavelmente, aprovar esse documento, que é o *Esboço Zero*, preparado pelas Nações Unidas. Esse documento tem 128 parágrafos, 120 deles são exortações: apelamos, apoiamos, desejamos, incentivamos etc. É preciso que os chefes de Estado saiam do Rio de Janeiro com um roteiro do que fazer, como saíram da Convenção do Clima, seguida pelo Protocolo de Kyoto — avaliou Goldemberg.

Ações

Sha Zukang aponta para a possibilidade de avanços materiais no documento final.

— Uma imagem instantânea do nosso documento de negociação aparece assim: 37 novas proposições de iniciativas, uma chamada decisiva para a imediata implementação de ações, uma identificação dos principais atores a assumirem papéis nessa implementação — resumiu.

Entre essas propostas, ele identifica um roteiro para a economia verde, adaptável às circunstâncias nacionais, identificando os custos de transição nos países em desenvolvimento.

Mais que isso, Zukang se mostra otimista na obtenção de um conjunto de metas, com indicadores para o desenvolvimento sustentável global que possam ir além do produto interno bruto (PIB). Tais metas teriam como inspiração os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, adotadas pela ONU em 2000, com indicadores sociais objetivos, nas áreas de educação, saúde e alimentação, que possam levar à redução da fome e da miséria.

— As metas de desenvolvimento sustentável deveriam ser integradas e equilibradas, aplicáveis e esperadas por todos os países. Os objetivos do milênio, basicamente, são para países em desenvolvimento, mas do que estamos falando

agora são metas para todos os países, tanto os desenvolvidos como os em desenvolvimento — declarou Zukang, deixando claro aos senadores que a maior ambição possível na Rio+20 seria estabelecer os objetivos e deixar os detalhes sobre metas e indicadores para um momento posterior.

No que diz respeito à governança para o desenvolvimento sustentável, o secretário-geral apresentou as propostas em discussão, que, porém, estão longe de um consenso (leia mais na pág. 40), e as dificuldades de romper as divisões de competências atuais entre as diversas áreas como meio ambiente, economia, agricultura e relações exteriores, entre outras.

Ainda que Zukang demonstre otimismo com relação à relevância do documento final da Rio+20, até o momento, as negociações não vêm apontando nessa direção. Em uma das reuniões preparatórias, realizada na sede da ONU, em Nova York, no início de maio, a avaliação foi de que, em vez de detalharem possíveis decisões a serem tomadas na conferência, as negociações estão deixando o *Esboço Zero* ainda mais vago. E, como apontou Zukang, o tempo para um acordo amplo é muito curto.

Meio ambiente entre os objetivos do milênio

ONU aprovou, em 2001, a Declaração do Milênio, com oito compromissos. Propostas hoje defendem adoção, a partir da Rio+20, de metas semelhantes para a sustentabilidade

<p>1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME</p>	<p>2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA</p>	<p>3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES</p>	<p>4 REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA</p>
<p>5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA</p>	<p>6 COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS</p>	<p>7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p>	<p>8 ESTABELEÇER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO</p>

Rio-92 lançou as bases para nova relação com o planeta



A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza.

Na reunião — que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra —, que aconteceu 20 anos depois da pri-

meira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia, (veja quadros a partir da pág. 14), os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras.

A avaliação partiu do pressuposto de que, se todas as pessoas almejem o mesmo padrão de

desenvolvimento dos países ricos, não haverá recursos naturais para todo mundo sem que sejam feitos graves — e irreversíveis — danos ambientais.

— Na Rio-92, chegou-se à conclusão de que temos de agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais. Se isso não for feito, não há como se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento — analisou na CRE, em março passado, Luiz Alberto Figueiredo Machado, coordenador-geral dos preparativos da Conferência Rio+20.

O ambiente político internacional da época favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de que as responsabilidades pela preservação do meio ambiente e pela construção de um convívio equilibrado com o planeta são diferentes.

Na Rio-92, ficou acordado, então, que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo — especialmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Com essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como em Estocolmo, em 1972.

E a reunião foi além das expectativas. Em termos práticos, a Rio-92 registrou presença de chefes de governo poucas vezes vista até então fora da sede da ONU: 178 deles estiveram



Crianças de escolas públicas participam de atividade no evento paralelo à Rio-92, promovido pelas ONGs no Aterro do Flamengo: pressão em favor da causa ecológica

presentes, impulsionando a pauta ambiental de maneira sem precedentes.

A produtividade do encontro, fruto de 20 anos de trabalhos da ONU sobre o assunto, também foi notória. Na Rio-92, nasceram duas convenções — sobre biodiversidade e mudanças climáticas — e mais três documentos — a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a *Declaração de Princípios sobre Florestas* e a *Agenda 21* — que até hoje norteiam as ações nacionais e internacionais que trilham o caminho do desenvolvimento sustentável.

Na Rio-92, foi acertada a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), vinculada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc). A CDS coopera com os países para que atinjam os objetivos da Rio-92 e é uma das responsáveis pela organização das conferências que se realizaram desde então, como a própria Rio+20.

Aliás, é por conta do êxito da Rio-92 que, desde então, qualquer discussão sobre o assunto ganha o nome de Rio+X, em que X é o número de anos transcorridos desde 1992. Ou seja, “Rio” virou sinônimo de

conferência global bem-sucedida, em que se discute o próprio futuro da Humanidade.

Inclusão da sociedade civil

Em 1992, as ONGs fizeram um encontro paralelo no Aterro do Flamengo. Embora não tivessem o direito de deliberar, elas influenciaram nos debates da conferência. Estima-se que entre 20 mil e 30 mil pessoas, entre representantes de ONGs, de governos e da mídia, tenham participado diretamente do encontro.

Assim como acontecerá na Rio+20, os encontros oficiais da Rio-92 ocorreram no Riocentro, centro de convenções localizado na zona oeste da cidade. Durante o evento, as Forças Armadas ajudaram a manter a segurança e a ordem na cidade, que, na época, enfrentava mais ameaças do tráfico e do crime organizado que hoje em dia.

Para marcar a importância do evento para o Brasil, o então presidente da República Fernando Collor transferiu, durante o evento, a capital de Brasília para o Rio de Janeiro, para, ao mesmo tempo, participar das reuniões e despachar os assuntos domésticos.

Foto oficial dos chefes de delegações na Rio-92: países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e defenderam a proteção ao meio ambiente



Depois do entusiasmo de 1992, poucos resultados

Exemplo de conferência internacional bem-sucedida, a Rio-92 deu alento aos que esperam a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Porém, passado aquele momento de otimismo, os avanços não vieram na velocidade e na quantidade sugeridos pela reunião de 1992.

— A Conferência Rio-92 foi de um êxito fantástico, foi muito bem recebida no mundo inteiro, muitas medidas foram adotadas. Mas sabemos também que, logo depois do encerramento da Rio-92, parece que os países se acomodaram. Há um enorme déficit de implementação daquilo que foi resolvido e decidido na Rio-92. Foi como se fosse uma ressaca, em que pessoas diziam: “Fizemos o nosso dever de casa, agora podemos relaxar um pouco”. E esse

é que foi o grande equívoco de todos aqueles que participaram e que parece que se esqueceram dos compromissos que haviam firmado. O mundo evoluiu muito mais antes da Rio-92 do que propriamente depois da conferência — avalia o senador Fernando Collor.

Contraditoriamente, os riscos advindos da deterioração do meio ambiente, de acordo com o que apontam as pesquisas científicas, são crescentes. Aumento da temperatura média global, elevação dos níveis dos oceanos, entre outros indicadores, demonstram que as condições de vida no planeta podem se alterar em pouco tempo.

— Desde 1992, todos os problemas tornaram-se mais graves e, ao contrário do que imaginávamos naquele ano, a civilização é, por enquanto,

bastante impotente para tomar qualquer ação de enfrentamento às dimensões da crise ambiental — afirmou o economista Sérgio Besserman.

Ainda assim, há avanços para serem destacados. O próprio Protocolo de Kyoto, de 1997 (ainda que as negociações para impor limites mais rígidos para a emissão de gases causadores do efeito estufa não tenham prosperado desde então), é um exemplo desse processo.

A Convenção sobre a Mudança do Clima, aprovada na Eco-92, muito comemorada à época, trouxe um quadro com orientações para que avanços práticos fossem decididos no futuro, sem estabelecer prazos nem limites rígidos para a emissão de poluentes. A partir dela, foi realizada a

Conferência Mundial sobre o Clima, na cidade de Kyoto, no Japão, em 1997, que deu origem ao Protocolo de Kyoto, no qual grande número de nações concordou em reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, estabelecendo metas claras.

Porém, a ratificação do Protocolo de Kyoto pelos países não aconteceu da maneira esperada. Afinal, transformar o acordo em lei esbarrou na necessidade de mudar a matriz energética dos países, fator intimamente ligado a interesses econômicos locais e que implicava elevados custos, principalmente, para as nações desenvolvidas. O balde de água fria no Protocolo de Kyoto foi jogado pelo presidente dos EUA entre 2000 e 2008, George W. Bush, que não ratificou o documento



Protestos foram diários na Conferência do Clima (COP-15), em Copenhague, em 2009: sucessivos impasses políticos, apesar das propostas ambiciosas

por não estar disposto a pagar o preço, inclusive político, da implementação das propostas. O mesmo aconteceu na Austrália.

As conferências seguintes sobre

o clima, apesar de analisarem propostas ainda mais ambiciosas, acabaram em impasses, como a Conferência das Partes (COP-15), realizada em Copenhague, na

Estocolmo marcou quebra de paradigma

Pode-se dizer que, até o início da década de 1970, o pensamento dominante era o de que o meio ambiente seria fonte inesgotável de recursos e que qualquer ação de aproveitamento da natureza fosse infinita. Mas fenômenos como secas que afetaram lagos e rios, a chuva ácida e a inversão térmica fizeram com que essa visão do mundo começasse a ser questionada, com base em estudos científicos que identificavam problemas especialmente por conta da poluição atmosférica.

Assim, foi convocada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972, que produziu a Declaração sobre Ambiente Humano, ou Declaração de Estocolmo, e estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento,

estendendo-se até a necessidade de se abolir as armas de destruição em massa. A conferência também levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que deu continuidade a esses esforços.

Mas as decisões não foram tomadas sem conflitos. Afinal, se havia necessidade de mudar os padrões de progresso, como os países em desenvolvimento poderiam combater a pobreza e dar às suas populações o nível de renda e conforto experimentado pelas sociedades industriais?

Um dos principais motores do desenvolvimento, a queima de petróleo para geração de energia, começava a ser visto como uma das grandes vilãs. Mas, se os países desenvolvidos haviam chegado lá com o petróleo, seria possível para os países pobres ascenderem sem o combustível, cujas reservas já estariam próximas do esgotamento? Ou estariam fadados a outro modelo de desenvolvimento não industrial?

Apesar dos inegáveis avanços, os 113 países presentes em Estocolmo (junto com mais de 400 instituições governamentais e não governamentais) ainda não haviam chegado a uma fórmula que contemplasse a necessidade de preservação ambiental e a de desenvolvimento das sociedades que enfrentavam a pobreza. Essa equação só seria resolvida 20 anos mais tarde.

Ainda assim, Estocolmo entrou para a história como a inauguração da agenda ambiental e o surgimento do direito ambiental internacional, elevando a cultura política mundial de respeito à ecologia, e como o primeiro convite para a elaboração de um novo paradigma econômico e civilizatório para o planeta.

Outro marco da Conferência de Estocolmo foi a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED – sigla do inglês *World Commission on Environment and Development*).

Apesar de seu trabalho ter se desenrolado nos anos 1980, que presenciaram a crise da dívida dos países da América Latina e o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu, a comissão se dedicou a elaborar documentos que viriam a ser as sementes da Rio-92.

Um deles foi o relatório *Nosso futuro comum*, também chamado de Relatório Brundtland (em referência a Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega e, atualmente, enviada especial das Nações Unidas para alterações climáticas — *leia mais na pág. 34*). Nele foi recomendada a convocação da Eco-92 pela ONU, o que aconteceu em dezembro de 1989. Mais que isso, a WCED (do qual também fazia parte Maurice Strong, que mais tarde seria secretário executivo da Eco-92) foi responsável pelos esboços dos documentos que viriam a ser aprovados no Rio de Janeiro.



Legendária líder indiana Indira Gandhi fala na primeira conferência da ONU sobre o clima, em Estocolmo (1972): inauguração da agenda ambiental

Dinamarca, em 2009. Assim, o Protocolo de Kyoto, que já tem 15 anos e é avaliado como insuficiente para lidar com o problema do aquecimento global, continua como referência no tema.

Diga-se de passagem que, na Cop-15, os chefes de estado apenas definiram que a temperatura do planeta não pode ser elevada em mais de 2°C. Acima disso, os efeitos e os gastos para mitigá-los (como a retirada de populações afetadas pela elevação do nível do mar) serão catastróficos para a humanidade.

Conquistas

Além de Kyoto, outros progressos são registrados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Entre eles, um acordo estabelecido em reunião realizada em Estocolmo, Suécia, em 2001, que adotou tratado para controlar 12 substâncias químicas organocloradas, destinado a melhorar a qualidade do ar e da água. A Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes

teve, desde então, sucesso na restrição ou eliminação de substâncias como o pesticida DDT.

O uso de fontes de energia limpa também vem ganhando bastante espaço. Para transporte, são vendidos automóveis movidos a energia elétrica, especialmente os híbridos que já estão em circulação no Japão, na Europa e nos Estados Unidos. Nesse aspecto, ganha destaque a frota de carros brasileira movida a etanol, que também reduz substancialmente a emissão de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás causador do efeito estufa.

Na área social, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são considerados um desdobramento da Agenda 21 na área social, com ênfase na erradicação da pobreza e da fome, adotados por 199 países na 55ª Assembleia da ONU, de setembro de 2000. Com indicadores precisos, como redução da mortalidade infantil e do analfabetismo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são referência para que haja também

metas de desenvolvimento sustentável, que podem trazer indicadores como redução de percentuais da matriz energética de países provenientes de fontes sujas (queima de combustíveis fósseis, por exemplo).

Programas de reciclagem do lixo e de promoção do ecoturismo também podem ser considerados consequências dos documentos e compromissos da Rio-92. Estima-se que o turismo ecológico cresça a uma taxa anual de 30%, sensibilizando a população para a necessidade de conservação ambiental e levando os governos a ampliar a proteção de áreas naturais.

— De 1992 para cá — lembro bem a Conferência de 92, eu morava no Rio de Janeiro —, percebemos que houve, realmente, um desenvolvimento da consciência do meio ambiente. Hoje nós temos uma consciência mundial quanto a isso — afirmou o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) na reunião da CRE.

— A Rio 92, ainda que sob o otimismo da época, um pouco

ingênuo, ainda que depois não tenha encontrado meio de implementação, mudou a vida das pessoas, com a Agenda 21 e as demais negociações, e não pode ser acusada de lhe ter faltado coragem para fazer face aos problemas que tinham que ser enfrentados — resume o economista Sérgio Besserman.

Congresso ativo

Além das iniciativas observadas na sociedade civil, o Congresso brasileiro vem dando seu aval a propostas que apontam para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Em pouco tempo, senadores e deputados transformaram em lei os acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro desde a Rio-92, como o Protocolo de Kyoto.

Mais recentemente, o Congresso criou a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), hoje presidida pelo senador Sérgio Souza (PMDB-PR), sugerida no relatório final de uma comissão

especial que funcionou em 2008. Criada em 2009, a comissão acompanhou a tramitação da Política Nacional sobre Mudança

do Clima (Lei 12.187/09), considerada o ponto alto da política ambiental do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Senador Eduardo Lopes avalia que, desde a Rio-92, houve o desenvolvimento de uma consciência do meio ambiente

Rio+5 só reitera compromissos

Em 1997, houve o primeiro ciclo de avaliação dos resultados da Rio-92. Os progressos e dificuldades na implementação dos acordos firmados e a identificação de experiências bem-sucedidas, estabelecendo prioridades, foram alvo de três eventos naquele ano:

1. O Fórum Rio+5, em março, no Rio de Janeiro, onde organizações não governamentais trocaram experiências sobre como traduzir o conceito de desenvolvimento sustentável em ações concretas. Desde 1992, as ONGs haviam assumido com mais destaque o papel de cobrança por avanços e fiscalização da implementação dos acordos pelos governos.
2. A 5ª sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU, em abril, em Nova York, que negociou os

documentos a serem aprovados no encontro da Assembleia Geral da ONU.

3. Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, em junho, em Nova York.

O documento final da Rio+5 foi uma "Declaração de Compromisso", na qual são reiterados os acordos da Rio-92, garantindo a continuidade da implementação das determinações.

Mas esse não foi o único resultado daqueles eventos. Em fevereiro de 1998, Derek Osborn, que copresidiu as reuniões preparatórias para a Rio+5 e o Fórum dos Interessados por um Futuro Sustentável propôs a realização de uma nova conferência sobre desenvolvimento sustentável. Em 2000, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU deu seu aval para a realização da Rio+10.

Rio+10 revisa metas da Agenda 21

Dez anos após a ECO-92, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (África do Sul), a chamada Rio+10. Os países revisaram as metas da Agenda 21 e se concentraram em áreas carentes de maior esforço para implementação, com um plano de ação global que buscava conciliar desenvolvimento e preservação do planeta para as gerações futuras.

O objetivo era a adoção de um plano de ação de 153 artigos, divididos em 615 pontos, sobre pobreza e miséria, consumo, gestão de recursos naturais, globalização, direitos humanos,

assistência oficial ao desenvolvimento, contribuição do setor privado ao meio ambiente, entre outros. Também foi sugerida a criação de instituições multilaterais mais eficientes, com mais poder para auxiliar os países a atingir o desenvolvimento sustentável.

Porém, realizado pouco após a aprovação das Metas do Milênio, o evento acabou concentrando as atenções quase exclusivamente sobre problemas sociais, como a erradicação da pobreza, o acesso aos serviços de saneamento e à saúde. Concordeu-se em reduzir à metade, até 2015, a proporção de pessoas cuja renda seja inferior a um dólar por dia, a de pessoas que passam fome e a de quem não tem acesso a água potável.

Ainda assim, os debates de Joanesburgo foram considera-

dos frustrantes, principalmente, pelos poucos resultados práticos por conta de novos conflitos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Um ponto alto foi a crescente participação da sociedade civil, com grupos cada vez mais organizados defendendo interesses específicos, munidos de informações técnicas e científicas detalhadas sobre temas como estruturação de projetos de energia limpa, universalização do saneamento básico, transporte em metrô e trens rápidos nas grandes cidades, democratização do acesso à Justiça, ensino em tempo integral.

Thabo Mbeki, presidente sul-africano, fala no encerramento da Rio+10: crescente participação da sociedade foi um dos destaques do encontro



Rio de Janeiro espera mais de 50 mil visitantes

Entre 13 e 22 de junho, são esperados, pela organização da Rio+20, 50 mil visitantes no Rio de Janeiro para a conferência. Além de comitivas de 193 países participantes, esse total inclui profissionais da mídia internacional e, principalmente, de fóruns paralelos e de organizações não-governamentais, que, desde a Rio-92, são chamados para ampliar a representatividade do evento.

As reuniões começam com a última sessão do comitê preparatório (Prepcom), já no Rio de Janeiro, nos dias 13, 14 e 15 de junho, no Riocentro. Nessa parte, os organizadores esperam avançar nos detalhes dos textos que servirão de base para a reunião de cúpula e para os documentos finais da conferência.

A partir daí, de 16 a 19 de junho, estarão reservados quatro dias para atividades da sociedade civil que incluirão os chamados “Diálogos para o Desenvolvimento

Sustentável”, com painéis sobre dez temas (oceanos; água; florestas; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômica e financeira; energia sustentável para todos; economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; cidades sustentáveis e inovação; e desemprego, trabalho decente e migrações), com especialistas e cientistas de renome mundial, inclusive ganhadores do Prêmio Nobel. A ideia é que cada painel temático dê origem a três recomendações que serão encaminhadas à reunião de cúpula.

— Queremos que a voz da sociedade civil, no seu mais alto nível e no que tem de mais coerente e sábio, possa ser ouvida de maneira estruturada e respeitosa no âmbito do segmento de alto nível — afirmou

o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, coordenador-geral da comissão nacional de organização da Rio+20, presidida pelos ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

Porém, por conta da avaliação negativa que faz do *Esboço Zero* e por não concordar com o formato proposto pelo Itamaraty para as discussões, a coordenação da Cúpula dos Povos, que congrega as ONGs e pede maiores avanços na agenda ambiental, anunciou que não deve participar da conferência e realizará evento paralelo, como fez na Rio-92, no Aterro do Flamengo.

Finalmente, a Rio+20 será concluída por uma reunião de cúpula em que chefes de Estado e de governo deverão negociar os documentos finais, levando em conta, inclusive, as contribuições oferecidas pelos fóruns acontecidos nos dias anteriores.

Além das reuniões, estão previstas exposições e outros eventos culturais, a serem realizados em diversas partes do Rio de Janeiro como o Parque dos Atletas (adjacente ao Riocentro), a Arena da Barra, o Museu de Arte Moderna, o Espaço Vivo Rio, o Pôr do Sol, o Galpão da Cidadania e a Quinta da Boa Vista, entre outros.

— Trata-se, sem dúvida, de um evento muito complexo. A complexidade não é apenas logística, que é, de fato, impressionante porque vamos ter algo em torno de 100 chefes de Estado, ao mesmo tempo. Podemos imaginar o que isso quer dizer em termos de

Ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) presidem a comissão nacional de organização da Rio+20



Complexo do Riocentro, em Jacarepaguá, será palco das reuniões mais importantes da conferência: desafio logístico e de segurança para a cidade e para o Brasil



MÁRCIA KALUWE/AGÊNCIA SENADO



MÁRCIA KALUWE/AGÊNCIA SENADO

DIVULGAÇÃO GL EVENTS BRASIL

infraestrutura, de segurança, de medidas que têm de ser tomadas para acolher bem 193 delegações — avalia Luiz Machado.

O senador Blairo Maggi (PR-MT), que, em março passado, representou o Senado em uma visita às instalações onde será realizada a Rio+20, está tranquilo com relação à logística do evento.

— Podemos constatar que, com relação à parte física de onde ocorrerá a conferência, as coisas estão andando com tranquilidade. Esperamos que possamos estar bem estruturados para fazer uma boa e uma grande conferência e com resultados também — afirmou.

A agenda oficial da Rio+20

Cúpula com os chefes de Estado, nos três últimos dias, é a atividade mais importante da conferência, que também programa dezenas de eventos paralelos em vários locais da cidade do Rio de Janeiro

13 Quarta	14 Quinta	15 Sexta	
3ª Reunião do Comitê Preparatório (Prepcom) para a Rio+20			
16 Sábado	17 Domingo	18 Segunda	19 Terça
Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável			
20 Quarta	21 Quinta	22 Sexta	
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20			

Negociação limitada

Crises na Europa e nos EUA, dificuldade dos Brics de assumir a liderança: conjuntura internacional é obstáculo para agenda da Rio+20, acusada de retrógrada por ambientalistas

Três meses antes de sua abertura, a Rio+20 era vista, dentro do Brasil, com uma evidente desconfiança pelos setores mais ligados à causa ambientalista. Em fins de abril, quatro ex-ministros do Meio Ambiente e outros representantes do setor conservacionista lançaram um manifesto pedindo ações mais ousadas na conferência, preocupados com o fato de o tema ambiental estar sendo

colocado em segundo plano nas articulações.

O grupo tomou a iniciativa após receber com decepção o texto inicial das propostas para a Rio+20, chamado *Esboço Zero*, divulgado em janeiro pela ONU. Ironicamente intitulado *Rio mais ou menos 20*, o documento assinado pelos ex-ministros Rubens Ricupero, Marina Silva, José Goldemberg e José Carlos de Carvalho advertiu que “há um elevado

risco de que a Rio+20 seja não apenas irrelevante, mas configure um retrocesso”.

O próprio governo brasileiro, afirmaram, estaria procurando tirar o peso das questões ambientais da conferência, favorecendo a questão social. “Nós não avançamos 20 anos para ver o Brasil voltar e querer discutir desenvolvimento sem meio ambiente”, disse a ex-senadora Marina Silva.

“O Brasil deve atuar nas

negociações internacionais como protagonista, defendendo seus interesses específicos, mas também constituindo uma força de moderação e equilíbrio”, propõe o texto, que recomenda ao país apoiar, nas negociações, a formulação de políticas e mecanismos para a economia verde.

Baixas expectativas

Uma das coordenadoras do manifesto, a economista e diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) Sandra Polônia Rios, diz que falta clareza na política ambiental brasileira.

“Nós não temos nenhum tipo de interseção entre temas econômicos e climáticos. O Brasil já adotou diversos pacotes para a indústria, mas praticamente não temos medidas verdes. É preciso de uma vez por todas entender que não se pode levar em conta o desenvolvimento sustentável sem incluir as necessidades ambientais”, afirma Sandra.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam) e membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Carlos Alberto Bocuhy, a Rio+20 só escapa do fiasco se resultar no fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), defendido por um grupo de países entre os quais se inclui o Brasil (leia mais na pág. 23), com a perspectiva de criação de uma agência global para o meio ambiente. Mas ele não tem muitas esperanças, pois, como reconhece, “a crise

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) foi criado em 1972 para coordenar ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável. Trabalha com grande número de parceiros, incluindo outras entidades da ONU, organizações internacionais, organizações ligadas aos governos nacionais e ONGs.

econômica está lançando a área ambiental para uma grande maquiagem verde”.

“Ninguém abre mão de favorecer a manutenção da frágil estabilidade econômica atual, não importa o desastre que isso represente no futuro”, declarou Bocuhy ao *Blog do Planeta*. “Vejam a altíssima conta futura das consequências do aquecimento global. A perspectiva é que os Estados Unidos continuem a empurrar com a barriga este processo, como fizeram com o Protocolo de Kyoto. O respeito à soberania é a tônica das Nações Unidas, portanto temos sempre cartas de intenções”, completou ele.

Para o especialista, o que se vê hoje são “posições tímidas” dos governos com relação à sociedade e ao ambiente natural. “Há retrocessos inimagináveis em curso, diante dos efeitos climáticos, que afetarão duramente as áreas de saúde e bem-estar social”, alertou Bocuhy.

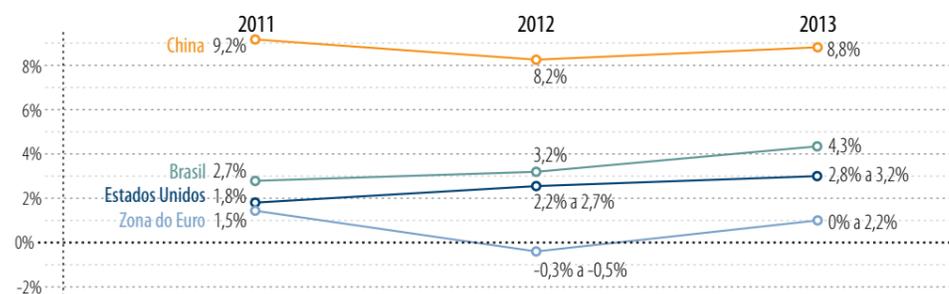


Ex-ministros José Carlos de Carvalho, José Goldemberg, Marina Silva e Rubens Ricupero e ex-deputado Fabio Feldmann firmaram manifesto *Rio mais ou menos 20*

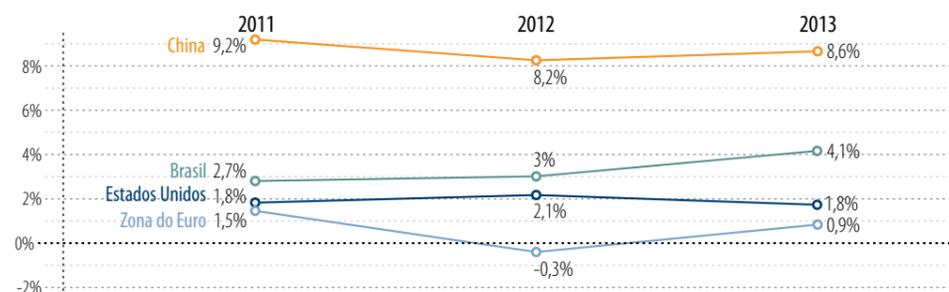
Ritmo lento da economia é obstáculo à agenda verde

Como os PIBs europeu, americano, brasileiro e chinês devem se comportar (em %)

Estimativa dos bancos centrais



Estimativa do Fundo Monetário Internacional



Fontes: Banco Central Europeu (BCE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central do Brasil (BC), Federal Reserve dos EUA (FED) e Banco Mundial (Bird). Dados de abril

Com a barriga

Para o presidente do Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Instituto Brasil Pnuma), Haroldo Mattos de Lemos, a crise econômica que atinge os países europeus e os desdobramentos dela nos Estados Unidos explicam essa tentativa de “empurrar com a barriga” e não assumir compromissos práticos de sustentabilidade.

“A recessão na Europa é séria, e os Estados Unidos ainda tentam sair da crise. Isso influencia muito os governos a não se comprometerem com metas sérias, que incluem quanto e quando”, disse Lemos à *Agência Brasil*, apontando a falta de metas claras para a sustentabilidade a serem seguidas pelos países nos próximos anos como o mais grave defeito do *Esboço Zero* — “um apanhado de intenções e renovações de compromissos que já foram assumidos pelos países em outras ocasiões”.

“O documento fala sobre economia verde, criação de empregos verdes e sobre o comprometimento dos governos com o que foi decidido na Rio-92, com a **Agenda 21**, e em outros documentos da ONU, mas não tem metas,

A **Agenda 21** foi um dos principais resultados da Rio-92 e estabeleceu a importância de os países refletirem — global e localmente —, sobre como governos, empresas, ONGs e demais setores da sociedade poderiam cooperar com o estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país desenvolve sua Agenda 21, vista pelos ambientalistas como poderoso instrumento de condução da sociedade industrial rumo a um progresso, no qual prevaleça o equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade e não apenas a quantidade do crescimento.

como o que fazer e até quando”, disse Lemos, ao participar de evento organizado pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro.

A timidez do primeiro esboço do documento da Rio+20 deixou também decepcionado o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). “Qual é o documento que vai sair desse encontro? Burocrático, tipo Nações Unidas, em que se procura acomodar todos os interesses, ou vai ser um documento



MARCIA VALUIME/AGÊNCIA SENADO

Senador Blairo Maggi, que como governador tentou implementar o REDD em seu estado: cenário internacional continua desfavorável às iniciativas

propositivo, afirmativo? Tem que ser mais numa linguagem poética até, que sirva de tema de debate nas universidades, nas escolas, nas faculdades”.

Confiante em uma mudança de ventos que valorize a confidência, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acredita que a Rio+20 traz a oportunidade para uma grande reflexão e uma grande formulação de propostas. “Também dá oportunidade para que o Brasil assuma, efetivamente, um papel de liderança na transição dessa economia tradicional para uma economia verde, gerando os empregos de que precisamos para combater a pobreza”, avaliou.

Cenário internacional

Ex-governador que buscou implantar mecanismos de serviços ambientais como os chamados REDD (leia mais na pág. 52), o senador Blairo Maggi (PR-MT) acredita que o cenário econômico internacional está realmente desfavorável para a conquista de tais avanços. Ele vê em nossa legislação outro empecilho ao crescimento do mercado de serviços ambientais, como, por exemplo, no instituto da reserva legal nos imóveis rurais (área da propriedade que deve ser preservada, cujo percentual varia de bioma para bioma).

“A nossa lei nos obriga a preservar 80% de propriedade rural localizada na Amazônia [reserva legal, excetuada a de área de preservação permanente], e ninguém vai nos pagar nada sobre essa porcentagem que temos a obrigação de manter. Então, restam 20% da propriedade, os quais o proprietário tem a opção de converter em qualquer atividade econômica. Mas, mesmo colocando isso claramente para o mercado internacional, nós não conseguimos fazer com que eles entendam. E me parece sempre que fica o pensamento de que o Brasil tem a obrigação de preservar a integralidade das suas florestas, 100%, sem receber nada em troca”.

Pedro Taques (PDT-MT), que participou dos debates preparatórios para a Rio+20 no Senado, alerta que não é possível resolver a questão ambiental levando em conta, acima de tudo, o conceito de soberania nacional. Para ele, também dificulta a solução dos problemas o hiato nas práticas e nos discursos de agricultores e ecologistas.

“Devemos buscar uma legislação que possa ser não de produtores ou ambientalistas, mas uma legislação para brasileiros. Muito mais do que uma legislação só de brasileiros, mas uma legislação de futuras gerações, independentemente da nacionalidade dessas pessoas, porque não podemos seccionar o meio ambiente”.



ARTHUR MONTEIRO/AGÊNCIA SENADO

Para o senador Pedro Taques, não é possível solucionar a questão ambiental levando em conta, antes de qualquer coisa, a questão da soberania nacional



SHYRA/MINISTRY OF I & B GOVT. OF INDIA

Dilma Rousseff com os líderes indiano, russo, chinês e sul-africano: países do bloco rechaçam criação de órgão mundial para fiscalizar emissões de gases de efeito estufa

China e Índia trazem discurso afinado

Além do visível desinteresse dos países ricos em assumir compromissos ou aceitar metas no que diz respeito às mudanças climáticas, o Brasil deve superar outro obstáculo se quiser construir um documento final na Rio+20 que traga avanços em relação à conferência de 1992 ou ao Protocolo de Kyoto: unificar posturas e discursos com os seus mais fortes aliados no grupo conhecido pela sigla Brics, a China e a Índia.

Os dois gigantes asiáticos chegarão à Rio+20 com um discurso

afinadíssimo em relação a três dos principais contenciosos a serem avaliados durante os debates. China e Índia defendem que seja respeitada a soberania de cada país na escolha do melhor caminho rumo à economia verde. Também concordam que os países industrializados devem contribuir decisivamente para este processo, não só com financiamento, mas também com transferência de tecnologia.

Por fim, China e Índia rechaçam, veementemente, a instituição de um organismo mundial com a

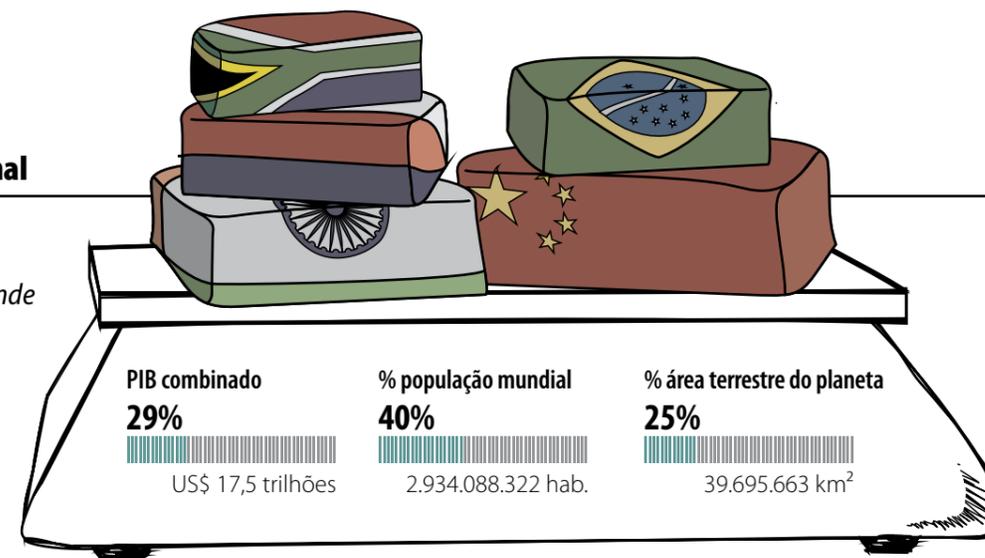
finalidade de fiscalizar e regular os níveis de emissão, por meio de metas globais de sustentabilidade.

Para a Índia, “transformar o Pnuma numa organização com poderes independentes daria peso desproporcional ao pilar ambiental do desenvolvimento sustentável [os outros dois são o social e o econômico], criando empecilhos para os países em desenvolvimento”.

Já a China expressou, em documento remetido às Nações Unidas, seu desejo que o Ecosoc [Conselho Econômico e Social

O peso dos Brics no cenário internacional

Empurrado pelo gigantismo chinês, grupo de países responde por quase metade da população e 29% da economia mundial



Fonte: Adriana Erthal Abdenur, coordenadora-geral do BRICS Policy Center e professora de Relações Internacionais da PUC-Rio

da ONU] e o Pnuma sejam fortalecidos, mas rechaçou qualquer iniciativa de reforma das agências ambientais das Nações Unidas e se colocou frontalmente contrária à criação de agências internacionais reguladoras.

Posição histórica

Como explicou o consultor legislativo para as áreas de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia Carlos Tomé, que trabalhou na organização dos debates no Senado, o Brasil, historicamente, também tem se posicionado contra a criação de uma agência internacional de meio ambiente, pelos mesmos motivos alegados por chineses e indianos. O país também compartilha com seus parceiros de Brics a defesa dos pilares (soberania, financiamento e transferência de tecnologia) sobre os quais deve ser construída a passagem para a economia verde.

“Entretanto, não é de bom tom o país anfitrião assumir ou defender posições muito rígidas no processo diplomático de preparação de uma Conferência. Isso poderia gerar resistências desnecessárias de alguns países, mesmo porque não há como agradar a todos. Basta lembrar o que aconteceu na COP-15, do regime internacional sobre clima: a Dinamarca assumiu uma postura muito propositiva antes da reunião, o que foi interpretado como uma orquestração dos países desenvolvidos, sem a inclusão dos países em desenvolvimento.



ARQUIVO PESSOAL

O resultado foi o impasse. O mais importante nessas ocasiões é deixar aberto o caminho para a negociação”, explica Tomé, mestre em Relações Internacionais.

No *Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20*, enviado em novembro passado à ONU, como também o fizeram os demais países, o Brasil defende que o aperfeiçoamento da governança ambiental internacional passe pelo estabelecimento da participação universal e de contribuições obrigatórias para o Pnuma.

“A Rio+20 deverá, portanto, avançar no debate sobre os diversos processos já estabelecidos sobre governança ambiental internacional. Minimamente, deverá adotar decisões no sentido de estabelecer a participação universal no Conselho de Administração do Pnuma e contribuições obrigatórias, de acordo com escala a ser estabelecida nos mesmos padrões de outras organizações das Nações Unidas”, diz o documento brasileiro.

Oportunidade única

Na visão de alguns especialistas, eventuais divergências entre seus membros colocariam em risco a oportunidade que a Rio+20 oferece aos Brics de minimizarem o papel exercido por Europa e Estados Unidos na busca de um consenso sobre o tema. Em parte porque as tratativas mundiais sobre desenvolvimento sustentável ainda se fundamentariam em conceitos econômicos superados.

“Os paradigmas do século passado eram baseados na filosofia do *zero-sum game*: um ganha ou outro ganha. Neste, é ganhar ou ganhar. Ou ganhamos juntos ou perdemos juntos”, afirmou o embaixador alemão no Brasil, Wilfried Grolig, ao participar do seminário No Caminho da Rio+20: componentes de um mundo sustentável, organizada pela Fundação Konrad Adenauer.

Grolig lembrou, em sua participação no evento, que o bloco europeu — liderado pela própria

Carlos Tomé, mestre em Relações Internacionais: não é prudente o Brasil, como anfitrião, assumir posições muito rígidas em relação a temas da Rio+20

Alemanha — defende a criação de um organismo multilateral para o meio ambiente, em moldes semelhantes aos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um caminho seria aperfeiçoar e dar mais eficiência ao Pnuma.

“A conferência é uma oportunidade única para que os Brics influenciem o debate e iniciativas sobre o desenvolvimento sustentável, ressaltando um dos seus principais interesses em comum: o papel do combate à pobreza. Esta oportunidade deve-se em parte ao peso que os Brics já têm no cenário internacional”, escreveu professora Adriana Erthal Abdenur, coordenadora-geral do Brics Policy Center e professora de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Com doutorado pela Universidade de Princeton e graduação em Estudos Asiáticos na Universidade de Harvard, ambas nos EUA, Adriana recordou, em artigo publicado no jornal *O Globo* em outubro passado, que os chefes de Estado dos Brics se comprometeram há um ano, em cúpula realizada na China, a colaborar no combate à pobreza e ao aquecimento global.

“Os Brics precisam dialogar sobre estes temas de forma mais sistemática, encontrando posicionamentos comuns a tempo de articulá-los durante a Rio+20. Só assim a ideia de uma transição global para a economia verde sairá do papel”, avaliou a professora.

Segundo o consultor Christoph Trusen, outro participante do seminário organizado pela Fundação Konrad Adenauer, dentro dos Brics, o Brasil ocupa posição de vanguarda em direção à economia verde, enquanto os EUA podem ser considerados “carta fora do baralho”.

“Os EUA se despediram há um tempo dessa discussão e vão pagar caro por isso. Muitos setores da economia norte-americana vão perder competitividade em relação a outras economias que investem mais na eficiência energética. Já a Europa está muito focada na sua crise econômica interna. Vejo um cenário mais interessante e dinâmico [nos Brics] do que nos EUA ou Europa”, enfatizou.

Frases

“Espero, sinceramente, que o torpor que permeia certos governos e a lassidão de determinados líderes transformem-se em objetivos para encontrarmos novos modelos e padrões de desenvolvimento. Os que aí estão, nenhum deles responde de forma satisfatória às mais básicas necessidades humanas”.

Fernando Collor (PTB-AL)

“A limitação imposta pelos combustíveis fósseis para o crescimento econômico mundial, de um lado, e as dramáticas consequências da emissão de gases de efeito estufa com a queima desses mesmo combustíveis, de outro, fazem do projeto [de priorizar na Europa o uso de energias alternativas] o mais importante investimento em estabilidade, liberdade e paz neste maravilhoso e verde planeta Terra”.

Professor Klaus Töpfer, ex-diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

“Devemos buscar convergências (...) e garantir que esses avanços não se deem apenas no plano internacional, mas também se deem nos planos nacionais, porque, caso contrário, vamos precisar de cinco novos planetas se mantivermos os padrões de consumo utilizados pelos países hoje.”

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

“O mundo espera que a conferência apresente um plano de ação e de implementação [de acordos]. Nós não precisamos mais de palavras, nós precisamos de mais ação”.

Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20

“O mundo precisa encontrar uma maneira de lidar com a produção e o consumo. Temos que ser audaciosos, ousados na Rio+20 e aceitar o desafio imposto sem nos conformarmos, como têm feito muitas organizações multilaterais, com um meio acordo.”

Jorge Viana (PT-AC)

“É preciso criar uma espécie de Organização Mundial do Comércio “Verde”, um órgão que reconheça os países que têm sustentabilidade. Não conheço país no mundo que tenha as leis ambientais que temos. É preciso premiar países e produtores que sejam sustentáveis, dando preferência de compra àqueles que cumprem regras ambientais para que outros países, que não têm as mesmas regras que o Brasil, possam caminhar na mesma direção.”

Blairo Maggi (PR-MT)

“O meio ambiente não pode ser um modismo, tema sobre o qual seja fácil e bonito falar, tem de ser um programa, um projeto largo. Estive na Rio-92 e espero que a gente possa se encontrar novamente no Rio para decifrar esse enigma da sobrevivência humana no Planeta.”

Inácio Arruda (PCdoB-CE)

“Nunca mais vamos ter a abundância de bens e serviços como até há pouco tempo dispúnhamos. A Terra precisa de um ano e meio para repor o que lhe extraímos durante um ano. E não parece que a fúria consumista esteja diminuindo.”

Frei Leonardo Boff, em artigo Maximização versus Otimização

“A única saída é administrar uma nova forma de crescimento, um progresso onde o crescimento esteja subordinado à democracia, ao bem-estar e ao equilíbrio ecológico.”

Cristovam Buarque (PDT-DF)



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



MÁRCIA KALUME/AGÊNCIA SENADO



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Primeiro, é preciso falar a mesma língua

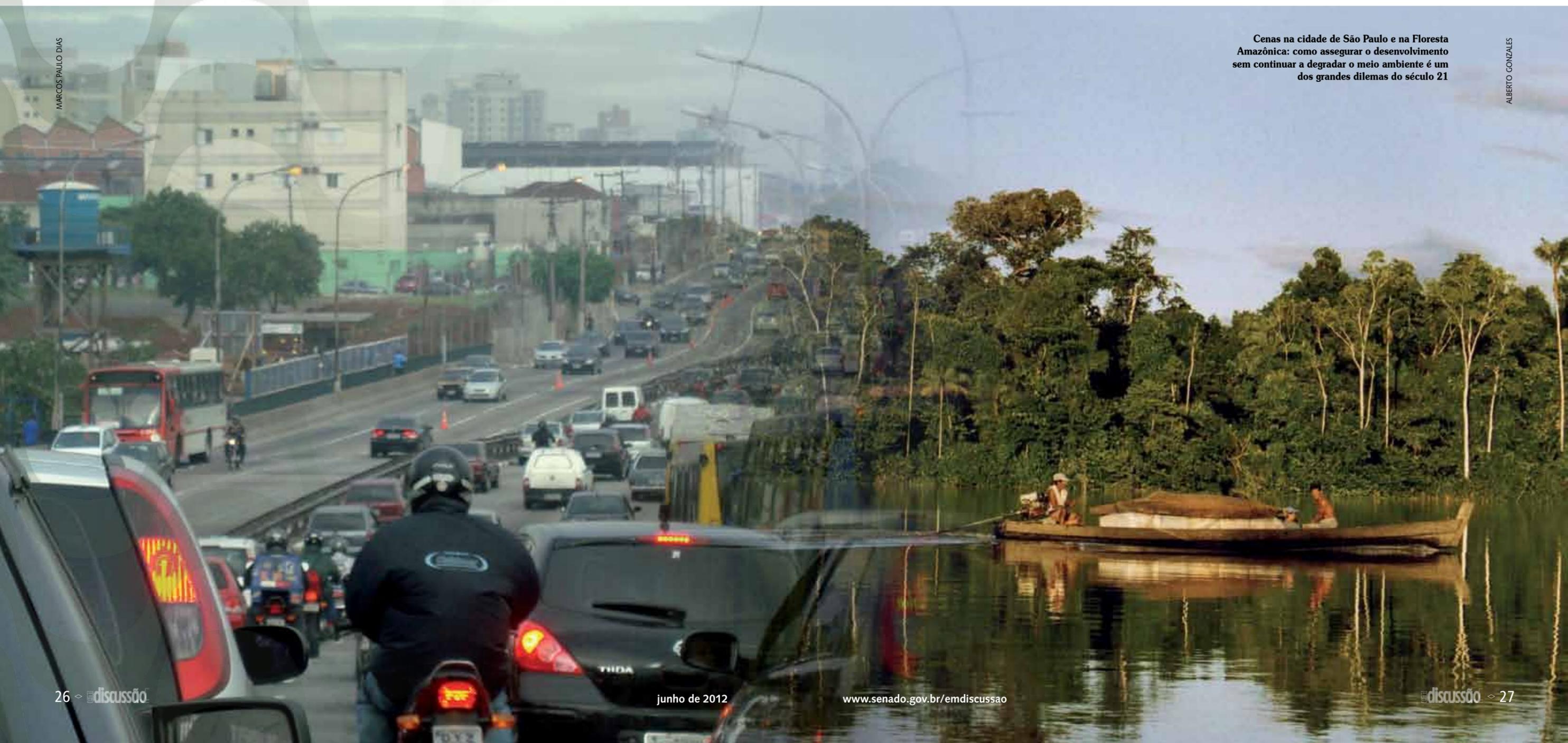
Economia verde, desenvolvimento sustentável, governança. A Conferência Rio+20 lida com um vocabulário novo que ainda precisa de conceitos claros para facilitar as negociações — e decisões

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 terá dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A intenção é sair do encontro com diretrizes ambientais e

econômicas, em escala global, para, pelo menos, os próximos 38 anos, até 2050. À tarefa da conferência — por si só, já difícil e ambiciosa — soma-se um fator complicador: os conceitos em torno dos quais se dará o debate. Aparentemente simples e objetivas, as concepções de “economia verde”, “desenvolvimento sustentável” e “governança”, palavra

usada em referência à “estrutura institucional”, são complexas e, para muitos especialistas, ainda em construção. A definição desses conceitos se torna mais problemática quando se considera que, por meio deles, pretende-se não apenas traçar os rumos mundiais para a economia e o meio ambiente como mudar o destino do ser humano e do planeta,

Cenas na cidade de São Paulo e na Floresta Amazônica: como assegurar o desenvolvimento sem continuar a degradar o meio ambiente é um dos grandes dilemas do século 21



MARCOS PAULO DIAS

ALBERTO GONZALES

salvando a ambos das previsões catastróficas relacionadas com mudanças climáticas.

No ano passado, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) lançou o relatório *Rumo a uma Economia Verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*, com o objetivo de fornecer subsídios para o debate que se dará na Rio+20. O próprio título da publicação já dimensiona o peso dos conceitos: do estabelecimento de uma economia verde dependem o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Segundo o relatório, existe o reconhecimento de que a construção de uma sociedade sustentável só é possível com base em um “modelo certo de economia”. “Décadas de criação de uma nova riqueza através de um modelo de economia

marrom não lidaram de modo substancial com a marginalização social e o esgotamento de recursos, e ainda estamos longe de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A sustentabilidade continua sendo um objetivo vital a longo prazo, mas é preciso tornar a economia mais verde para chegarmos lá”, afirma o documento.

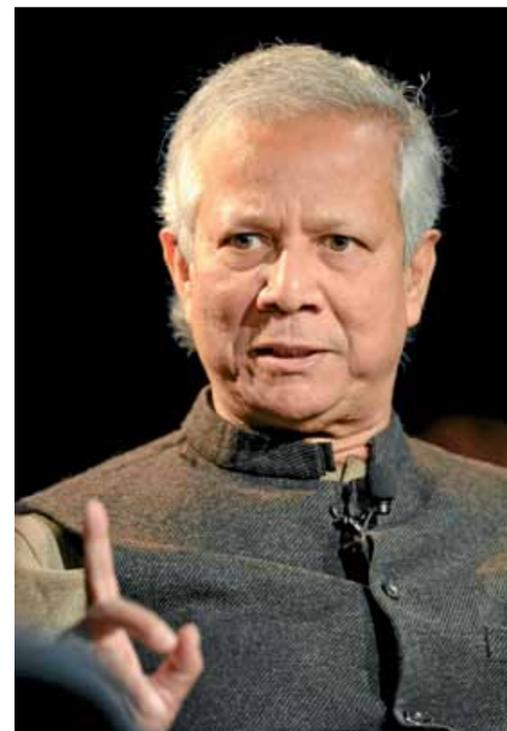
O relatório reconhece que o atual modelo econômico, baseado na acumulação de riquezas e em incentivos de mercado, contribuiu para o problema ambiental vivido hoje, que paira como uma ameaça sobre as gerações futuras. “De fato, a maioria das estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico incentivou um rápido acúmulo de capital físico, financeiro e humano, mas à custa do esgotamento excessivo e degradação do capital natural, que inclui nossas reservas de recursos

naturais e ecossistemas”, admite.

Mas, em seguida, ressalta que o problema não será solucionado com a mudança do padrão econômico. “Os mercados livres não têm como função resolver os problemas sociais”, afirma o documento do Pnuma, citando o economista e banqueiro Muhammad Yunus, que implantou um sistema de microcrédito destinado à população pobre de Bangladesh e pelo qual ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2006.

Assim, a troca nas cores do adjetivo que qualifica o termo economia — de marrom (poluidora) para verde (limpa) — indica a preocupação de adaptar o sistema e desenvolver maneiras de gerar riqueza sem agredir o meio ambiente, mas sem alterar as linhas dominantes da política econômica.

De acordo com o relatório, a responsabilidade pela mudança



Conhecido como o “banqueiro dos pobres”, Muhammad Yunus criou um sistema de microcrédito que já é usado em 40 países

MICHAEL WUERTEBERG/WORLD ECONOMIC FORUM

em relação ao meio ambiente deve recair sobre as políticas públicas. Isso inclui o estabelecimento de uma nova regulamentação para impedir que incentivos ao mercado ignorem as externalidades ambientais e sociais. “Cada vez mais o papel de regulamentos adequados, políticas e investimentos públicos como facilitadores — por realizarem mudanças no padrão de investimento privado — está sendo reconhecido e comprovado através de histórias de sucesso pelo mundo, principalmente nos países em desenvolvimento”, completa o texto.

Para o senador Fernando Collor (PTB-AL), a conceituação objetiva do que vem

Impacto de ações de pessoas ou empresas sobre o bem-estar de outras que não participam da ação.

a ser “economia verde” é um dos principais pontos a serem discutidos na Rio+20. “É mandatório que avancemos para uma definição clara, límpida e cristalina do que se conceitua como economia verde, com erradicação da pobreza, inclusão social e baixo carbono, de modo que ela não venha a ser usada como um novo nome para o protecionismo comercial praticado pelos países desenvolvidos”, alertou.

Economia verde

A complexidade do conceito começa com a própria escolha do vocábulo a ser utilizado. Organismos internacionais utilizam expressões diferentes para se referir a concepções que se assemelham ao de economia verde, ou *green economy*, utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A Organização

As crises contemporâneas

Crise ecológica

O Relatório de Avaliação Ecosistêmica do Milênio, publicado pela ONU em 2005, avaliou que, em 50 anos, o homem transformou os ecossistemas de forma nunca antes vista na história da Humanidade. Produção de alimentos, extração de madeira, consumo de água potável e uso de combustíveis fósseis foram os principais responsáveis pela transformação. A exploração intensa da natureza causou aumento da pobreza para um contingente estimado em mais de 1 bilhão de pessoas, que tiveram sua subsistência ameaçada pela degradação ambiental das regiões onde vivem.

Crise energética

O aumento do consumo de energia nos últimos anos veio acompanhado de maior demanda por importação de combustíveis fósseis, como carvão mineral, petróleo e gás natural, ao mesmo tempo em que houve decréscimo na produção

dos países exportadores, seja por diminuição das reservas, seja por outros fatores, como os conflitos na região do Golfo Pérsico. De acordo com Dietmar Dirmoser, em “Seguridad energética: la nueva escasez, el resurgimiento del nacionalismo y el futuro de los enfoques multilaterales”, outros fatores indicam aumento no risco de uma nova crise energética, entre eles insuficiência na expansão da oferta, maior demanda por parte dos países emergentes e pouca diversidade de países fornecedores.

Crise econômica e financeira

A economia mundial continua a sentir os efeitos da crise iniciada em 2008, que teve origem no sistema bancário norte-americano. “Estamos vivendo há anos a maior crise econômica desde 1929 e sequer começamos a enfrentar os grandes desequilíbrios macroeconômicos”, avaliou o economista e professor da PUC-Rio Sérgio Besserman.

O relatório *Perspectivas Econômicas Globais (GEP) 2012*, publicado em janeiro pelo Banco Mundial (Bird), alerta para o agravamento da crise econômica, sem previsão de recuperação imediata. O banco reduziu a previsão de crescimento para este ano de 6,2% para 5,4%, para os países em desenvolvimento, e de 2,7% para 1,4%, para os países desenvolvidos.

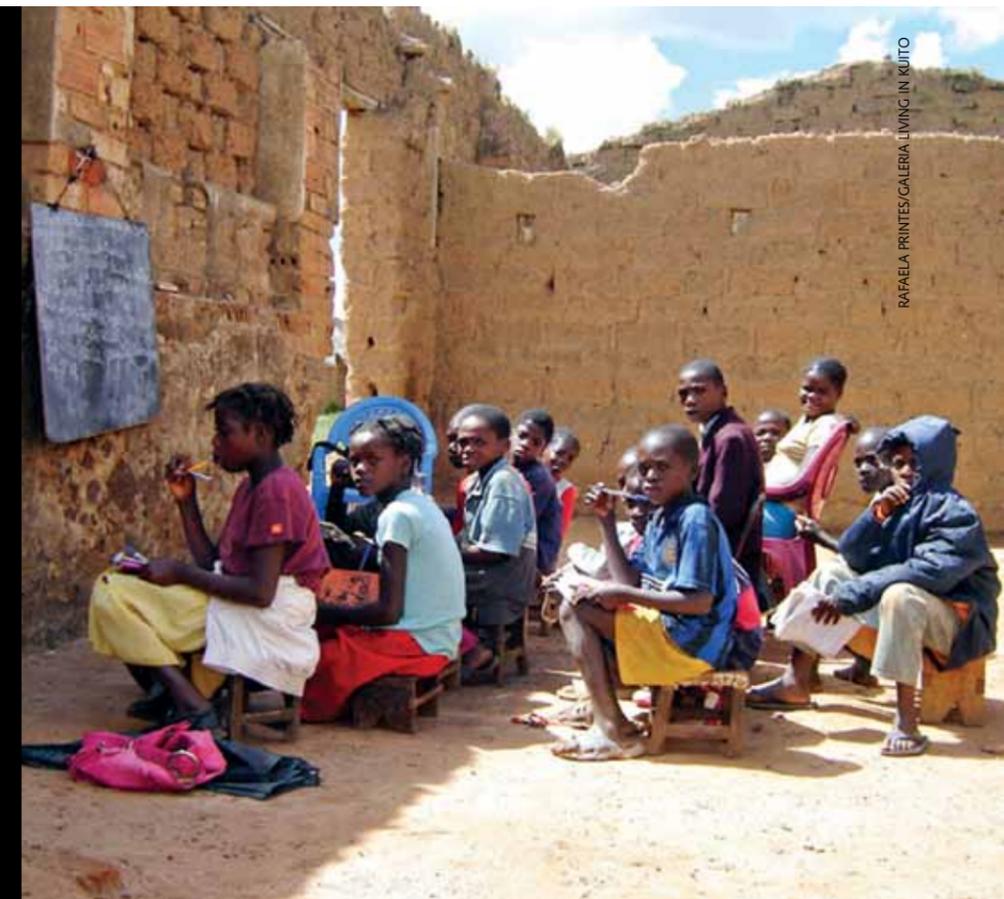
Diante disso, países em desenvolvimento devem se preparar para cenários desfavoráveis, aconselha o relatório, que recomenda investimento em redes de segurança social e em infraestrutura. “Uma expansão da crise não pouparia ninguém”, afirmou Andrew Burns, gerente de Macroeconomia Global, responsável pelo relatório.

Crise social

“Um quarto da população dos países em desenvolvimento ainda vive com menos de US\$ 1,25 por dia. Um bilhão de pessoas carece de água

potável, 1,6 bilhão de eletricidade e 3 bilhões de saneamento adequado. Um quarto de todas as crianças dos países em desenvolvimento sofre de desnutrição”, constata o Banco Mundial, no Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2010, cujo tema é mudança climática. E reconhece que a solução desses problemas ficará mais difícil com as problemas gerados pelas mudanças climáticas.

Segundo estimativas do banco, de 75% a 80% dos custos de prejuízos causados pela mudança climática recaem sobre países em desenvolvimento. Um aquecimento de 2°C poderia resultar em reduções permanentes do PIB de 4% a 5% para a África e o Sudeste Asiático. “A maioria dos países em desenvolvimento carece de capacidade financeira e técnica para gerenciar um risco climático cada vez maior. Eles também dependem mais diretamente de recursos naturais para gerar renda e bem-estar”, avalia o relatório.



Escola na cidade de Kuito, Angola: as populações pobres são as que mais sofrerão com as mudanças climáticas

RAFAELA PRINTES/GALERIA LIVING IN KUITO

para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição que reúne 34 países em torno da elaboração de políticas de desenvolvimento econômico, emprega o termo *green growth*, ou crescimento verde. Em seu *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2010*, o Banco Mundial adotou a expressão “desenvolvimento e mudança climática” para tratar do assunto, sem mencionar os termos anteriores.

Mas o certo é que todos se referem a um sistema produtivo e financeiro que deve levar em conta as questões ambientais. Documento publicado pelo Pnuma em 2010 para o 17º Encontro do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe define economia verde como um sistema econômico compatível com o ambiente natural, ecologicamente correto e, “para muitos grupos”, também socialmente justo. No relatório preparado para a Rio+20, o aspecto social já aparece incorporado sem ressalvas, sendo, então, economia verde “uma economia

que resulta em melhoria do bem-estar da Humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”.

Em termos práticos, economia verde é aquela que pressupõe modos de produção não poluentes ou de baixa emissão de gases poluentes, aumento da eficiência energética, prevenção de perdas de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos. Pelo modelo de economia proposto, a natureza não é apenas “recurso” natural, mas também “capital”, bem econômico fundamental para toda a sociedade, sobretudo para a população mais

carente que dele extrai o seu sustento. Os investimentos em uma economia desse tipo devem vir apoiados em gastos públicos específicos, subsídios e incentivos, reformas políticas e mudanças na regulamentação. De acordo com projeção feita pelo Pnuma, é possível realizar uma transição para uma economia verde se forem investidos 2% do PIB global por ano, cerca de US\$ 1,3 trilhão, entre 2012 e 2050. Esse recurso deve ser investido, preferencialmente, na transformação de setores-chave, como agricultura, edificações, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, água e gestão de resíduos.

Gases poluentes

Produzidos principalmente pela queima de combustíveis fósseis (gasolina e óleo diesel), resíduos orgânicos (lixo) e vegetação florestal. Liberados na atmosfera, levam ao efeito estufa e à elevação da temperatura. Principais gases poluentes: dióxido de carbono, gás metano e óxido nítrico.

Serviços ecossistêmicos

Benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir dos recursos oferecidos pelos ecossistemas, como alimentos, clima, solo e energia.

que resulta em melhoria do bem-estar da Humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”.



Na capital colombiana, Bogotá, o sistema de trânsito rápido de ônibus reduziu em 14% a emissão de gases poluentes por passageiro

ABSOLUT COLOMBIA



Centro de seleção de resíduos da Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção (Cortrap), em Brasília, Distrito Federal.

JOSE CRUIZ/AGÊNCIA SENADO

Dando bom exemplo

Três programas citados pelo Pnuma como experiências bem-sucedidas de economia verde

Energia renovável

Fundada em 1996, em Bangladesh, a Grameen Shakti é uma das companhias de base rural de crescimento mais rápido no campo de energia renovável no mundo. Oferece crédito a juros baixos para tornar acessíveis à população rural sistemas solares caseiros (SHSs, da sigla em inglês), instalações de biogás e fogões melhorados. A Grameen Shakti pretende instalar mais de 1 milhão de SHSs até 2015.

Reciclagem

A reciclagem de materiais no Brasil se compara à de países industrializados. Cerca de 95% das latas de alumínio e 55% das garrafas plásticas são recicladas. Metade do volume de papel e vidro é recuperado. O problema é a mão de obra. São cerca de 500 mil catadores de lixo que trabalham em péssimas condições e recebem rendas baixas. Após iniciativas locais, 60 mil pessoas se organizaram em cooperativas para oferecer seus serviços

Transporte

A área de transporte oferece bons exemplos em várias partes do mundo. A cobrança eletrônica rodoviária e o sistema de cotas de veículos de Cingapura diminuíram a crescente utilização de automóveis e motorização. Na Colômbia, o sistema de trânsito rápido de ônibus de Bogotá está contribuindo para a queda de 14% nas emissões por passageiro e foi reproduzido em outras cidades como Lagos (Nigéria) e Joanesburgo (África do Sul).



JURANDA ALEGRO/LICA

“A separação entre meio ambiente e economia é falsa. Vivemos uma única realidade”, alerta o economista Sérgio Besserman

e perda de serviços ecossistêmicos”, garante o documento. Experiências implementadas em países em desenvolvimento comprovariam isso.

Divergências

Mesmo diante das tentativas de conceituar e estabelecer modelos a serem seguidos, especialistas continuam a advertir para a precariedade da noção de economia verde. Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o economista Sérgio Besserman manifestou ceticismo a respeito do conceito e suas implicações.

“Economia verde é buscar economizar recursos aqui ou acolá, jogar uma purpurina verde para continuar fazendo as coisas do mesmo jeito, ou é a busca de um modo de consumir, produzir e de desenvolvimento humano que não esbarre nos limites do planeta?”, perguntou Besserman, que é presidente do grupo de trabalho da prefeitura carioca para a Rio+20. Segundo ele, nenhuma decisão da Rio-92 foi implementada em uma escala que mereça alguma atenção.

Para o economista, que também é presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio, a questão sobre economia verde e desenvolvimento sustentável é

muito prática. “Se economia verde for entendida como sendo a coluna vertebral da transição da civilização dos combustíveis fósseis para economias de baixo teor de carbono, nós temos a métrica, sabemos medir, sabemos o que significa, e ela terá impactos concretos”, assegurou Besserman.

Já o diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente, Volney Zanardi, disse que é preciso ser cauteloso quando se discute economia verde. Para ele, o processo de transição e de uma melhor integração entre as questões sociais, econômicas e ambientais é, algumas vezes, resumido ou sintetizado nesse conceito, mas de uma forma muito simplificada.

“Temos que tomar um pouco de cuidado, porque, às vezes, falamos de serviços ambientais como se fosse economia verde, e de economia verde como se fosse toda a economia. A gente tem que colocar cada coisa no seu lugar e ver que elas têm que estar dentro de um contexto, de uma estratégia, de um planejamento, de uma visão de política”, avaliou.

Coordenadora do Núcleo Amigos da Terra Brasil, a geóloga

Lúcia Ortiz reforçou que não existe consenso entre os países sobre o conteúdo do que seria economia verde. Ela citou o exemplo do **mercado de carbono**. “As corporações petrolíferas e usinas a carvão podem compensar suas emissões dentro do próprio país, sem de fato fazer a transição para o que seria uma economia verde ou, pelo menos, uma economia solidária e sustentável”, afirmou.

Segundo ela, a lógica das compensações é reproduzida cada vez mais frequentemente, como na

Mercado de carbono

Créditos de carbono são uma espécie de moeda ambiental. A ideia surgiu na Rio-92. Em 1997, o Protocolo de Kyoto definiu uma cota máxima de emissão de gases de efeito estufa por país. Assim, a redução das emissões passou a ter valor econômico. Empresas podem comprar créditos que sobraram das que estão abaixo da cota. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) corresponde a um crédito de carbono. O crédito também pode ser negociado internacionalmente.



LIA DE PAULVA/AGÊNCIA SENADO

Para Zanardi (C), o processo de integração entre as questões sociais, econômicas e ambientais é sintetizado no conceito de economia verde, mas, algumas vezes, de uma forma muito simplificada



ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO

A geóloga Lúcia Ortiz entende que a lógica das compensações, presente na ideia de “mercado de carbono”, não pode ser aplicada à biodiversidade

Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), e já foi incorporada à Convenção da Diversidade Biológica. Ela explica que essa lógica pode fazer algum sentido em relação à circulação atmosférica global, mas, no caso da biodiversidade, isso não acontece, pois a preservação de um bioma não compensa o desmatamento feito em outro. “A lógica da biodiversidade não é reproduzível, a menos que o interesse seja não o meio ambiente, mas a criação desses mercados. E, para criar mercados, precisamos de uma indução de escassez de modo a atribuir preço ao que vai ser transformado em **commodity**,

Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)

Contabiliza a diminuição do desmatamento e da degradação florestal na redução de emissões de gases de efeito estufa. Países detentores de florestas tropicais que consigam promover reduções das suas emissões por desmatamento receberão compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas.

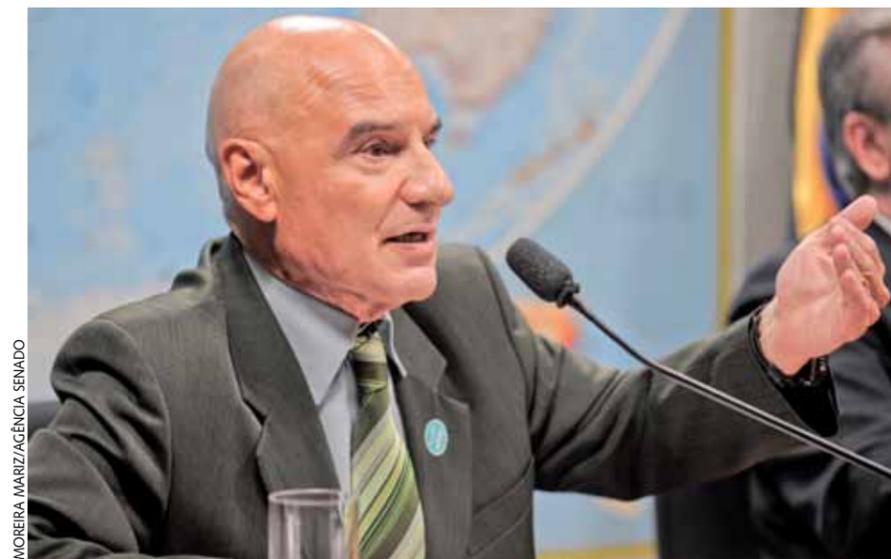
Commodity

Títulos correspondentes a negociações com produtos agropecuários, metais, minérios e outros produtos primários nas bolsas de mercadorias, para entrega futura.

ou seja, o ar, o direito de poluir, a água, a biodiversidade”, denunciou a geóloga.

Lúcia entende que, muitas vezes, a economia verde não é tratada como uma transição para um modo de produção mais justo e equilibrado e, sim, como uma “economia espelho”. “Ela precisa gerar uma escassez, precisa continuar como uma economia poluidora para gerar os compradores de uma biodiversidade, de um ar puro, porque senão isso não se torna passível de receber preço”, completou.

Para Eduardo José Viola, existe uma dificuldade para se construir um conceito avançado e



MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

Segundo o professor Eduardo José Viola, existe o risco de que a definição de economia favoreça países, especialmente os desenvolvidos, que dominam tecnologias limpas

consensual sobre economia verde. Entre os fatores que impedem o avanço, está o uso protecionista do termo. “Há um temor, justificado por razões históricas, de vários países de renda média, entre os quais o Brasil, a uma definição protecionista de economia verde, favorável às sociedades desenvolvidas, que dominam determinadas tecnologias limpas”, considerou o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propõe que a economia do futuro tenha várias cores, não somente a verde. Segundo ele, ela precisa ser branca, do ponto de vista da paz, pois “não é possível que a economia do futuro ponha como parte do produto interno bruto os produtos para guerra”. Ela tem de ser vermelha para representar o social, a luta contra a pobreza.

E, finalmente, a economia do futuro tem que ser azul, simbolizando o bem-estar, que, na avaliação do senador, vai além da capacidade de adquirir produtos. “A ideia do crescimento verde pode não ser o caminho único, pode ser um item. Temos de buscar é o aumento do bem-estar e, às vezes, em alguns momentos, em certos lugares, uma redução do produto pode melhorar o bem-estar”, ponderou Cristovam.



As energias eólica, solar e a produzida por biomassa são apontadas por especialistas como ecologicamente sustentáveis

Desenvolvimento sustentável: onde tudo começou

As primeiras referências a desenvolvimento sustentável começaram a surgir, em 1972, durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia. O termo utilizado então foi “ecodesenvolvimento” (*ver pág. ao lado*).

Em 1983, a ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deveria aprofundar propostas mundiais na área ambiental. Quatro anos depois, em 1987, a comissão apresentou o

documento *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como Relatório Brundtland.

O documento passou a utilizar a expressão “desenvolvimento sustentável”, com a seguinte definição: forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

“Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a

mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”, resume o relatório.

Em princípio, o conceito aponta para uma bela utopia que, se não irá se realizar plenamente, poderia, pelo menos, “corrigir” os rumos socioeconômicos e ambientais da Humanidade. Mas, ao explicá-lo, o texto do relatório se torna confuso, indicando, naquele momento, uma atitude vacilante diante dos grandes impasses que o tema colocava, e ainda coloca, para o sistema econômico vigente e para os países, tanto

os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento.

De acordo com o relatório, as limitações ao desenvolvimento sustentável estariam, por exemplo, não no modelo de crescimento, baseado na exploração dos recursos naturais e no estímulo ao consumo, mas nas “limitações impostas pelo estágio atual

da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana”. Mas, continua o documento, “tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico”.

Outra causa para a degradação ambiental, segundo o relatório, é a pobreza, pois “um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza”. Para atender às necessidades básicas de todos, o documento recomenda, então, “um crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável

Diferentes conceitos

O conceito de ecodesenvolvimento surgiu em 1972, durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, como uma alternativa à polarização do debate entre as propostas ambientalistas, que visavam reduzir a degradação da natureza pela desaceleração do crescimento, e as reivindicações desenvolvimentistas dos países pobres. O termo foi proposto pelo secretário-geral da conferência, o canadense Maurice Strong, que também foi o secretário-geral da Rio-92.

De acordo com o professor Philippe Pomier Layrargues, da Universidade de Brasília, o conceito de ecodesenvolvimento consistia em um estilo de desenvolvimento para áreas rurais baseado na utilização criteriosa dos recursos naturais. Era indicado aos países menos desenvolvidos de modo a evitar que eles copiassem o modelo de crescimento adotado pelos países industrializados.

Na década de 1980, o economista Ignacy Sachs desenvolveu o termo, ancorando-o em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. “Entre as condições para tornar o conceito operacional, destaca-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local”, explica Layrargues.

Para o professor, existem semelhanças entre os dois conceitos, como utilização concomitante de

critérios ambientais e econômicos em processos decisórios. Mas, segundo ele, enquanto o ecodesenvolvimento postula o estabelecimento de um teto de consumo, buscando nivelar países ricos e pobres, o conceito de desenvolvimento sustentável defende um piso de consumo, sem considerar a poluição gerada pelo consumo excessivo.

Ao contrário do desenvolvimento sustentável, o ecodesenvolvimento alerta para o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna. De acordo com o professor Gilberto Montibeller Filho, da Universidade Federal de Santa Catarina, o segundo pretende

atender às necessidades básicas da população por meio de tecnologias apropriadas a cada ambiente, partindo do mais simples ao mais complexo.

“As disparidades entre os dois conceitos situam-se, principalmente, no campo político e em relação às técnicas de produção. No campo político, o posicionamento quanto à qualidade do meio ambiente e às diferenças sociais como elementos fundamentais a serem considerados. No das técnicas de produção, o progresso técnico e o seu papel em relação à pressão sobre os recursos naturais”, resumiu Montibeller.

ANA COTTA



Floresta Amazônica: o ecodesenvolvimento tenta evitar erros do crescimento tradicional, que levaram à degradação ambiental



R. GRO HARLEM BRUNDTLAND

O conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado em 1987, com o lançamento do relatório da ONU que levou o nome da primeira-ministra da Noruega, Brundtland

P. VIROTO/OMIS

sustentável; se há desenvolvimento sustentável, ele é compatível com o crescimento econômico. E continua: “Mas o simples crescimento não basta. Uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza disseminada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam as necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção, quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades”.

No artigo “Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?”, o professor de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) Philippe Pomier Layrargues afirma que a ênfase sobre as consequências da pobreza para o meio ambiente encobre outras causas que, segundo ele, seriam mais relevantes. Na avaliação de Layrargues, o relatório acentua “o círculo vicioso da pobreza” para justificar a continuidade do crescimento econômico

exige claramente que haja um crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas”.

A ideia segue sendo desdobrada em uma lógica circular: onde as necessidades básicas já são atendidas, há desenvolvimento

Pôr do sol em Xangai: poluição causada pela intensa atividade econômica da China, que, em 2010, apresentou uma taxa de crescimento acima de 10%

EIGENIES WERK/WIKIPEDIA

e do consumo excessivo praticado pelos países desenvolvidos, que produzem o que ele chama de “a poluição da riqueza”.

O professor também contesta a crença de que o crescimento econômico poderá continuar no mesmo ritmo sem afetar o meio ambiente desde que ocorra uma evolução tecnológica que torne mais eficiente a matriz energética mundial. “Um indivíduo numa economia industrial de mercado consome 80 vezes mais energia que um habitante da África Subsaariana”, afirma ele. Para que todos possam usufruir de uma quantidade parecida de energia, é preciso, nos cálculos de Layrargues, não só um melhor rendimento energético, mas uma mudança de cultura nas sociedades de consumo, que têm no desperdício uma de suas principais características.

Semelhante é o pensamento do professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina Gilberto Montibeller Filho. No artigo “Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável”, ele chama a atenção para as contradições que diversos autores apontaram no conceito tal qual ele aparece no Relatório Brundtland.

Segundo Montibeller Filho, a tese básica de “produzir mais com menos” presente no documento implica aceitar que o padrão de consumo vigente no mundo industrializado pode ser mantido, expandido e difundido globalmente; que o *status* do consumidor permanece sagrado; e que a tecnologia é capaz de produzir cada vez mais, utilizando cada vez menos recursos, em uma espécie de “otimismo tecnológico”. “Ao mesmo tempo em que a questão é assim colocada, o relatório expressa a preocupação com as consequências globais da atividade humana em relação à poluição, exaustão de recursos e aos perigos da degradação ambiental para as gerações futuras”, completa o professor, salientando as contradições do texto.

O conceito hoje

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,



De acordo com o professor Philippe Layrargues, um morador de um país industrializado consome 80 vezes mais energia do que um habitante da África Subsaariana

realizada no Rio de Janeiro (Rio-92), o conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou como o princípio orientador das iniciativas voltadas para a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Entre os acordos firmados na Rio-92, está a Agenda 21, que apresenta uma série de programas de ação elaborados a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, distribuídos em 40 áreas: política econômica, cooperação internacional, combate à pobreza, controle demográfico, proteção da atmosfera e outras (leia mais na pág. 21).

A mudança de padrão de consumo também está entre os programas de ação da Agenda 21. O texto sugere o exame dos padrões insustentáveis e a criação de estratégias para estimular hábitos de consumo que ajudem a preservar o meio ambiente. A questão do consumo é tratada também em áreas como as de energia, transporte e resíduos.

A Agenda 21 admite que, apesar do reconhecimento crescente da importância dos problemas relativos ao consumo, ainda não houve uma compreensão plena de suas implicações. “Alguns economistas vêm questionando os

conceitos tradicionais de crescimento econômico e sublinhando a importância de que se persigam objetivos econômicos que levem plenamente em conta o valor dos recursos naturais. Para que haja condições de formular políticas internacionais e nacionais coerentes, é preciso aumentar o conhecimento acerca do papel do consumo relativamente ao crescimento econômico e à dinâmica demográfica”, analisa o documento.

O economista Sérgio Besserman também coloca a questão do consumo no centro da discussão sobre desenvolvimento sustentável. “O modo de produzir e consumir, hoje, não se sustenta não pelo seu impacto direto, mas porque ele é impeditivo para o objetivo de generalização da qualidade de vida. Bilhões de habitantes do planeta não têm o direito de ambicionar o mesmo modo de consumir e de viver que têm americanos, europeus e japoneses ou pessoas ricas e de classe média dos países emergentes. Essa injustiça básica tem que ser modificada”, ressaltou.

Três pilares

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável



Programa de Valorização da Juventude Rural, no Espírito Santo: proposta pretende fixar os jovens no campo por meio do fortalecimento agricultura familiar no estado

continuou durante a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2010. A Declaração de Joanesburgo estabelece que o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado lembrou,

em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE), que a premissa dos três pilares já estava presente na Rio-92. Segundo ele, chegou-se, então, à conclusão que não se pode considerar o desenvolvimento sustentável de forma desmembrada, sem agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais, pois, sem isso, não há como garantir a sustentabilidade do desenvolvimento.

“Todos sabem que é impossível colocar uma cerca em volta da floresta e esperar que, por conta disso, não haja desmatamento. Se a decisão de proteger a floresta não for acompanhada de perspectivas de desenvolvimento econômico, de inclusão social e de geração de empregos não há como se garantir a proteção ambiental”, exemplificou Machado, que é subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O documento *O Futuro que Queremos*, preparado pela ONU para orientar as discussões na

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado lembra que os três pilares do desenvolvimento já estavam presentes nas discussões da Rio-92

Rio+20, não traz mais definições para desenvolvimento sustentável. Aparentemente, as linhas gerais do termo já são consensuais entre os envolvidos nas discussões.

Também chamado de *Esboço Zero*, o documento destaca uma questão que não é mais conceitual, mas de implementação. Inicialmente, a ONU reconhece que, de modo geral, os países estão mais comprometidos com o fortalecimento do desenvolvimento sustentável. “Todavia, observamos que, apesar dos esforços de governos e atores não estatais em todos os países, o desenvolvimento sustentável permanece como um objetivo distante e ainda restam barreiras e brechas sistêmicas na implementação de compromissos acordados internacionalmente”, admite.

Na avaliação do senador Cristovam Buarque, é certo que, hoje, há uma consciência preservacionista muito maior. Mas ele manifestou dúvidas em relação ao fortalecimento de uma consciência sobre um novo tipo de desenvolvimento. “Por exemplo, nossos filhos já cuidam da natureza, mas querem trocar de tênis quantas vezes por ano? Então, continuamos consumistas”, concluiu.

Cristovam considera que o assunto possui dois enfoques: o do protecionismo e o da transformação do modelo de desenvolvimento. “Precisamos continuar lutando por uma consciência ecológica, mas temos de lutar também por uma consciência revolucionária, que não é a ideia de socialismo, porque o socialismo também era depredador, também era parte da civilização industrial”, completou.

O senador Fernando Collor avalia que é preciso mudar os paradigmas que fundamentam o processo e o conceito de desenvolvimento. Segundo ele, instrumentos como o **Fundo Climático Verde**, o mecanismo de financiamento internacional (IFF) e o mercado de carbono partem do pressuposto de que o conceito, o padrão, os princípios e os critérios do desenvolvimento permanecerão inalterados. “Todos os recursos que constituirão esses fundos e que movimentarão o mercado são ou serão oriundos de um modelo econômico contestado. Devemos tomar a iniciativa de buscar novos parâmetros, uma nova matriz de desenvolvimento sem utilizar os mesmos instrumentos que nada mais fazem do que retroalimentar um processo que não funciona mais”, afirmou.

Fundo Climático Verde

Criado pela ONU em 2010 para ajudar países em desenvolvimento a enfrentar a mudança climática. Com previsão de lançamento em 2013, a proposta é que, em 2020, o fundo esteja captando US\$ 100 bilhões anuais.

Mecanismo de financiamento internacional

Proposta de mecanismo temporário de empréstimo internacional, cujos recursos seriam destinados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como o combate à pobreza. Os países ricos seriam obrigados a emitir títulos nos mercados financeiros para garantir US\$ 100 bilhões anuais para financiar programas sociais nos países em desenvolvimento.

Modelo de desenvolvimento dos países industrializados

De acordo com a rede WWF, organização não governamental dedicada ao meio ambiente, estima-se que se países do hemisfério Sul copiassem os padrões dos países do hemisfério Norte, a quantidade de combustíveis fósseis consumida atualmente aumentaria dez vezes e a de recursos minerais, 200 vezes. “Embora os países do hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles

detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial”, revela a WWF.

A rede, com sede na Suíça e presente em 130 países, defende que, “ao invés de aumentar os níveis de consumo dos países em desenvolvimento, é preciso reduzir os níveis observados nos países industrializados”.

OTO GODFREY



Times Square, em Nova York, Estados Unidos: a WWF estima que os países do hemisfério Norte consumam 70% da energia produzida no planeta



Sede da ONU, em Nova York: entidade propõe duas soluções para estrutura institucional, apoiar o Pnuma ou criar uma agência para o meio ambiente

Fortalecendo a governança internacional

Entre as recomendações do relatório *Rumo a uma Economia Verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), está o fortalecimento da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável ou, simplesmente, da “governança internacional”.

Governança significa a capacidade de instituições governamentais e não governamentais de, por meio de órgãos, regras e processos, orientar condutas de Estados e empresas em torno de valores e objetivos de longo prazo para a sociedade. Em audiência na CRE, a professora de Direito Ambiental da UnB Márcia Leuzinger assinou que, no caso do meio ambiente, o conjunto de atores estatais e não estatais que formam a governança tem como finalidade a superação da crise ambiental que atinge o planeta.

No caso do meio ambiente, as questões são internacionais, atravessam fronteiras. De acordo com o Pnuma, a efetiva

implementação de acordos ambientais multilaterais já firmados “se vê desafiada pela complexa e fragmentada arquitetura de governança ambiental internacional que conta com um elevado número de instituições que lidam com a questão dentro ou fora do sistema das Nações Unidas”.

É o que afirma também o documento *Governança Ambiental Internacional*, produzido pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e pelo Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. “Uma primeira questão, em debate há anos, é se os desafios e responsabilidades ambientais deveriam estar articulados e organizados no âmbito de uma instituição única, ágil e eficiente, de respaldo global, vinculada ao sistema ONU, ou se, como atualmente, os regimes multilaterais ambientais podem cumprir seus objetivos a partir de esquemas fragmentados. Durante os anos, as responsabilidades ambientais, em vez de se consolidar

dentro do Pnuma, têm se espalhado através de muitas organizações”, questiona o documento.

Entre as instituições envolvidas com governança ambiental internacional estão várias agências especializadas da ONU, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial de Meteorologia; programas da ONU como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Programa Mundial de Alimentação; comissões econômicas e sociais regionais da ONU; Banco Mundial (Bird) e Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização Mundial do Comércio (OMC); e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). “Esta fragmentação resultou em sobreposições, brechas e dificuldades do sistema em responder a problemas ambientais globais”, conclui o texto.

No documento *Esboço Zero*, a ONU reconhece a necessidade de fortalecer a governança internacional ambiental para promoção do desenvolvimento sustentável. Para resolver o problema, oferece duas opções: investir no Pnuma, inclusive financeiramente, para aprofundar sua capacidade de coordenação política e



Professora Márcia Leuzinger ressalta que a governança na área ambiental envolve atores estatais e não estatais

de implementação de iniciativas; ou estabelecer uma agência para o meio ambiente, com contribuições financeiras estáveis e operando em regime de igualdade com agências especializadas da ONU.

“Qualquer das duas opções deverá incluir mecanismos que impeçam a vinculação de temas não conexos, que importam restrições comerciais ou ao arbítrio de um eventual órgão que seja criado, o que torna vulneráveis os países emergentes”, avaliou o senador Fernando Collor.

O *Esboço Zero* também reconhece que o desenvolvimento sustentável precisa ser levado em devida consideração pelas instituições financeiras internacionais, principalmente o Banco Mundial e o FMI. “Nesse sentido, requisitamos que as instituições financeiras internacionais revejam suas estratégias programáticas para assegurar a provisão do melhor suporte possível para países em desenvolvimento para a implementação do desenvolvimento sustentável”, recomenda.

Já no relatório *Rumo a uma Economia Verde*, o Pnuma ressalta a importância dos acordos ambientais internacionais para o sucesso de iniciativas na área de desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório, são eles os responsáveis pelo estabelecimento dos quadros jurídicos e institucionais necessários para enfrentar os desafios ambientais mundiais. E cita o caso do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, considerado um dos mais bem-sucedidos acordos ambientais internacionais. Assinado por 46 países, inclusive o Brasil, o protocolo recomendava a eliminação de gases destruidores da camada de ozônio, entre eles o clorofluorcarboneto (CFC), utilizado em aerossóis e geladeiras.

Em relação à governança, o relatório destaca ainda o papel dos governos e do sistema de comércio internacional nos processos internacionais que visam à transição para uma economia verde. Um exemplo, de acordo com o documento, são as negociações em



Colheita do feijão, em Bragança (PA). Programa municipal pretende aumentar a produção agrícola e a renda das famílias

curso na Organização Mundial do Comércio para redução dos subsídios agrícolas em países desenvolvidos com o objetivo de estimular uma agricultura mais eficiente e sustentável nos países em desenvolvimento.

Para o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, a governança será uma das principais questões da Rio+20. Só o aprimoramento da estrutura de governança internacional poderá, segundo ele, dar respostas à necessidade de integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável. “Trata-se de uma conferência com uma agenda moderna, do século 21, que abandona os isolacionismos do século 20 — ou se tinha desenvolvimento econômico ou se tinha proteção ambiental e se tentava, a qualquer custo, a inclusão social — e parte para visão que aponta a intersecção integrada e sinérgica entre os três aspectos”, explicou.

O professor Marcelo Varela, do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), possui uma opinião otimista sobre a questão da governança. Segundo ele, existe uma tendência de harmonizar os tratamentos jurídicos dados à questão ambiental em âmbito global. “Nos últimos 20 anos, basicamente, mais de 70 países revisaram suas constituições, incluindo

temas muito parecidos em questões ambientais”, afirmou.

Já o senador Cristovam Buarque considera que o grande desafio da governança internacional é conviver com as realidades nacionais, em que governos não pensam a longo prazo, mas em função das próximas eleições. “Acho que, mais do que um marco jurídico, precisamos de um marco ético que limite o direito de cada país. Mas as tentativas estão fracassando. Kyoto, por exemplo, não deu certo”, lamentou.



Para Cristovam Buarque, o grande desafio da governança internacional é conviver com interesses políticos locais

Hora de afirmação e cobrança

Senado alerta que é dever do Brasil na Rio+20 afirmar-se como liderança mundial e cobrar compromissos com o desenvolvimento sustentável

Um documento enviado ao governo federal no final do ano passado mostra, em termos contundentes, a visão do Senado sobre qual deve ser a postura do Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): a de um líder engajado na proteção das conquistas adquiridas desde a

conferência de 1992 e na luta por um compromisso internacional no rumo do “crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social”. As recomendações foram elaboradas após a série de audiências públicas promovidas pelas duas subcomissões do Senado envolvidas com o tema (veja a *íntegra das sugestões a partir da pág. 47*)

Segundo o texto, a Rio+20

será uma oportunidade única para o Brasil afirmar de vez seu papel de vanguarda “na condução das negociações ambientais e no cumprimento de metas internacionais em prol do desenvolvimento sustentável”. Esta tarefa, diz o Senado, será não apenas árdua como também deve ser assumida com a consciência de que, para atingir seus objetivos, o país corre até

mesmo o risco de, na arena diplomática mundial, encontrar resistências providas de nações com as quais compartilha interesses comerciais e estratégicos.

Engajamento desde o início

O Senado está intrinsecamente ligado à realização da Rio+20. A ideia começou a germinar a partir de uma proposta feita pelo senador Fernando Collor (PTB-AL) ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2007, defendendo que o Brasil se oferecesse para sediar a quarta conferência da ONU sobre o meio ambiente (*leia mais na pág. 20*). Collor argumentou que seria uma oportunidade única não apenas para se fazer um balanço dos 20 anos desde a Rio-92, mas também para que se buscasse um consenso internacional em torno de um novo protocolo ambiental,

capaz de substituir o de Kyoto.

Convencido, Lula aproveitou seu discurso na abertura da 62ª Assembleia Geral da ONU, em 25 de setembro de 2007, para formalizar a proposta brasileira. “Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas metas. Proponho em 2012 uma nova conferência que o Rio se dispõe a sediar, a Rio+20”, disse Lula, que à época enfatizou a necessidade de o mundo buscar “uma nova matriz energética” e mudar seus padrões de consumo, apontando os biocombustíveis como elementos vitais nesta empreitada.

“Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes. É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço”, afirmou Lula, em seu discurso.

Em janeiro de 2010, a ONU aprovou a proposta brasileira e, por meio de duas resoluções, deu início aos preparativos para o Rio+20. O Senado, que já tinha duas subcomissões permanentes para acompanhar a questão das mudanças climáticas (uma na Comissão de Relações Exteriores e outra na de Meio Ambiente), reforçou sua participação no tema ao incluir, no início de 2011, a conferência mundial deste ano nas atribuições dos colegiados.

Até mesmo na organização do evento o Senado tem contribuído (*leia mais a partir da pág. 57*). Os senadores Collor, presidente da CRE, e Rodrigo

Rolleberg (PSB-DF), presidente da CMA, participaram já da primeira reunião preparatória da comissão nacional incumbida de organizar a Rio+20.

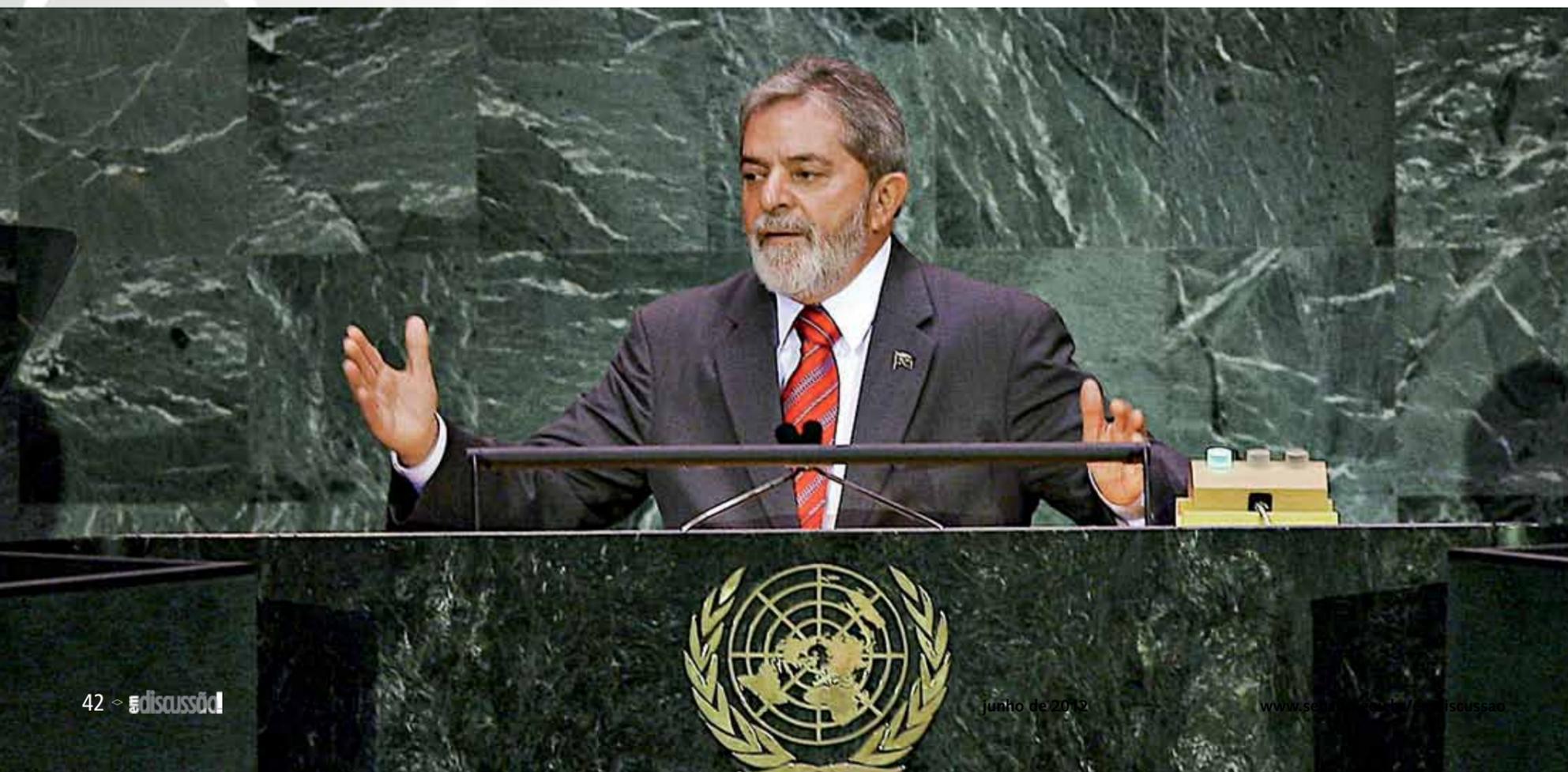
Desde então, especialistas brasileiros e do exterior foram ouvidos no Senado sobre os temas apontados como centrais na agenda da conferência, registrados no relatório conjunto oferecido como contribuição ao governo: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e estrutura institucional de governança do desenvolvimento sustentável.

Nada de barganhas

“A Rio+20 não pode ser objeto de barganha para o Brasil conseguir sucesso em negociações de outras áreas, seja no campo da economia, da política externa ou da defesa”, recomendaram as comissões no relatório, ao delinear a postura considerada ideal durante a Rio+20. Em discurso no Itamaraty, diante do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, Collor revisitou o tema.

“Questões ambientais não podem ser utilizadas como moeda de troca em assuntos alheios ou afastados da agenda ambiental. Não se pode admitir essa prática, costumeira em foros outros, numa conferência do porte, da relevância e da peculiaridade da Rio+20”, enfatizou o presidente da CRE e anfitrião da Rio-92. Mais ainda, adverte o documento do Senado, “nossos negociadores deverão estar instruídos a não permitir que parcerias estratégicas e interesses conjunturais

RICARDO STUCKERT/PR



Na ONU, em 2007, Lula propõe que o Rio sedie, em 2012, uma nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável: sugestão partiu do senador Fernando Collor



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Collor confia na participação da sociedade para quebra do “terrível paradigma” que é o atual padrão mundial de produção e consumo

contaminem o esforço nacional em alcançar um resultado ambicioso no documento final da Rio+20”.

Para os senadores da CRE e da CMA, os países industrializados não teriam interesse no sucesso da conferência, “o que, na prática, será o enfraquecimento do Brasil”. Apoios serão escassos, mesmo de tradicionais aliados diplomáticos, confirma o texto.

“O Brasil não poderá contar com o apoio permanente e incondicional de Ibas, Unasul, Brics, Calc, G-20 Comercial, G-4 e outros. Os seus integrantes agora não têm objetivos semelhantes quando defrontamos com o desafio do desenvolvimento sustentável. Em alguns casos, são francamente

Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)
União de Nações Sul-Americanas (Unasul)
Fórum Ibas (Índia, Brasil e África do Sul)
Calc (Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento)
G-20 (grupo de países em desenvolvimento)
G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão)

antagônicos”, reconhece o relatório.
 No rol de preocupações do Senado em relação à Rio+20, está também o tempo para a discussão — “reduzidíssimo”, como destaca o relatório —, indicativo “da falta de interesse de grupos de nações no tratamento mais aprofundado dos desafios que enfrentamos”. O próprio embaixador Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, concordou com o alerta, quando participou de debate no Senado, em 9 de março.
 “Temos um tempo muito limitado para completar as negociações. A falta de tempo é um grande desafio, assim como a carência de fundos para a participação de países em desenvolvimento”.

“Crescer, incluir e proteger”

Mesmo com a escassez de datas para debater a grande agenda programada, nenhum assunto relacionado com a promoção do desenvolvimento sustentável deveria ser *a priori* excluído das discussões, na visão do relatório do Senado. “Sejamos claros: há uma nítida leniência das lideranças dos países em colaborar pelo sucesso da conferência. Ainda há tempo de esses governos e suas autoridades recobrem e os sentidos e despertarem para os problemas urgentes que enfrentamos”, disse Fernando Collor.

Uma das batalhas centrais da conferência, de acordo com o relatório, será fazer valer o princípio da não regressão. Por ele, convenções e tratados internacionais devem ser encarados como patrimônio da comunidade internacional e, nesse sentido, “não passíveis à sanha revisionista”. A ideia é “insistir no combate intransigente” a qualquer redução do legado conceitual e jurídico adquirido nas décadas recentes (referente às mudanças climáticas e à proteção da biodiversidade) e, a partir daí, avançar na busca de novas soluções.

“Quanto maiores as concessões feitas, menor será nossa

força resultante ao final do encontro”, acreditam os senadores.

“Vamos buscar a sustentabilidade como base central de um novo modelo de desenvolvimento. Não há sustentabilidade com fome e sem crescimento da economia e sem a proteção ambiental. É essa a agenda do século 21. Do ponto de vista do governo brasileiro, a conferência fala de três coisas integradas: crescer, incluir e proteger”, resumiu o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20.

“Desenvolvimento sustentável pressupõe mudança, a transição para um modelo diferente dos atuais padrões a que a Humanidade se acostumou a chamar de ‘crescimento’ nos últimos duzentos anos. Significa, enfim, que os atuais modelos, criadores contumazes de crises institucionais, estão superados, esgotaram sua capacidade de prover bem-estar e necessitam ser substituídos. E essa tarefa não se conclui sem que, antes, mitiguemos os efeitos das mudanças climáticas.” (Veja infográfico na pag. ao lado).

Riscos do temário

As recomendações elaboradas pelo Senado relativas à Rio+20 incluem uma advertência especial em relação a manobras que podem se esconder dentro do próprio escopo da conferência. Segundo o relatório, a parcial vitória brasileira, ao atrelar o tema economia verde à erradicação da pobreza como seu principal objetivo, se configura apenas como “um fator atenuante às possíveis aplicações perversas da governança global”.

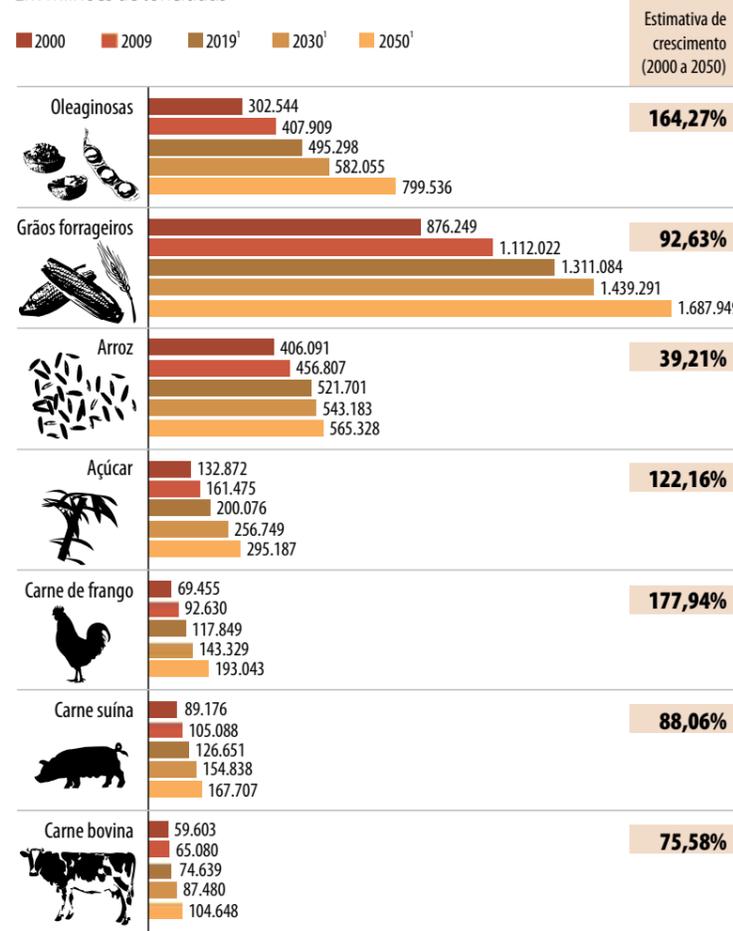
“Se de um lado, o conceito de economia verde pode se desvirtuar no sentido de, na prática, tornar-se um motivo para fomentar ainda mais o protecionismo comercial que, sistematicamente, as grandes economias impõem em seus países, de outro, a governança global corre o risco de propiciar instrumento de motivação a essas nações

Produção cresce em ritmo elevado para tentar atender ao aumento populacional

Em termos globais, o avanço da agropecuária não trouxe mudanças significativas no cenário de pobreza. Contribuiu para isso o desperdício nas áreas mais carentes e o excesso de consumo entre os mais ricos

Qual será a produção mundial de alimentos?

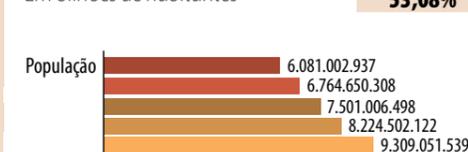
Em milhões de toneladas



Fontes: apresentações de André Nassar (Icône) e Kepler Euclides Filho (Embrapa) na CRE; Censo Agropecuário Mundial 2000 e Anuário 2012 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

Qual será a população?

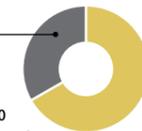
Em bilhões de habitantes



Fonte: US Bureau of the Census

Quanto se desperdiça

Um terço da produção de alimentos para consumo humano é perdida ou desperdiçada.



Nos países em desenvolvimento, o alimento em geral se perde antes de chegar ao consumidor.

Nos países desenvolvidos, por outro lado, a comida é desperdiçada pelos consumidores.

O desafio é enorme

No futuro... 9 bilhões de pessoas em 2050 1 bilhão na pobreza, com fome e/ou na subnutrição. Maioria na zona rural

... e hoje também 1,5 bilhão de adultos (+ 20 anos) com sobrepeso em 2008, dos quais 500 milhões obesos. 43 milhões de crianças (- 5 anos) com sobrepeso

para justificar medidas de proteção de seus mercados e criação de barreiras não tarifárias ao comércio internacional”, diz o documento aprovado pelas comissões.

Novo alerta sobre as dúvidas constantes na pauta de discussões foi feito pelo senador Collor em março, na CRE. Ele considerou “tímido e desnoiteado” o documento-base das negociações, divulgado pela ONU, conhecido como *Esboço Zero*. Em sua opinião, além de se estabelecer no documento o princípio da não regressão, é preciso garantir uma definição “clara” do que seja a economia verde.

“O sucesso da Rio+20, no qual ainda teimo em acreditar, depende das decisões a serem tomadas e do número de chefes de Estado e de governo que estiverem presentes. Nenhuma desculpa deverá ser aceita pelo não comparecimento. Não se trata de convidar as autoridades, mas de convocá-las. A hora é de união e de ação”.

Áreas de preservação

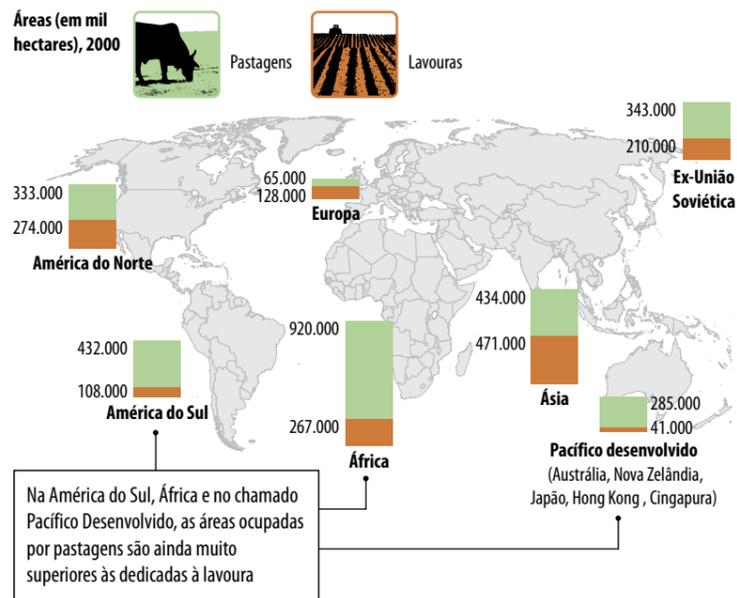
Ao voltar do 6º Fórum Mundial da Água, em março, na França, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) sugeriu ao governo que apresente na Rio+20 a proposta, elaborada pela Confederação da Agricultura e Pecuária



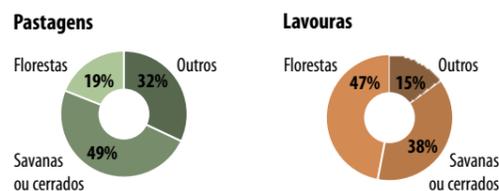
Kátia Abreu apresentou proposta, no 6º Fórum Mundial, para tornar mundial o conceito de área de proteção permanente, adotada no Brasil

Produção avança sobre áreas verdes

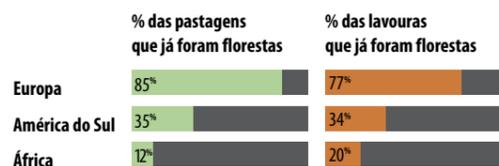
Países desenvolvidos desmataram muito mais florestas para uso das terras em atividades produtivas como lavouras e pastagens



De onde vieram essas áreas



Continentes desenvolvidos desmataram mais



Fontes: Apresentação de André Nassar (icone) na CRE; Censo Agropecuário Mundial 2000 e Anuário 2012 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

do Brasil (CNA), de universalização do conceito de área de preservação permanente (APP), já consagrado na legislação nacional.

Kátia disse que a iniciativa visa incentivar a proteção, em todo o mundo, de áreas localizadas às margens de rios, das nascentes e das regiões de grande declividade, a fim de proteger as fontes de água, indispensável à agricultura e à sobrevivência dos seres vivos no planeta. Segundo Kátia Abreu, a proposta também garantiria condições competitivas iguais para os produtores rurais brasileiros no mercado externo. Afinal, como lembrou, nos países desenvolvidos as coberturas florestais originais já foram quase totalmente substituídas por áreas voltadas para o cultivo, a pecuária ou pelos aglomerados urbanos. (veja infográfico acima).

“Os produtores do Brasil estão cumprindo seu dever de casa e não podem perder competitividade. Da mesma forma que o Brasil pode recompôr, os outros países também poderão”, argumentou a senadora, lembrando que ficou claro, no 6º Fórum Mundial, que se discute muito a “democratização ao acesso da

água, mas não a proteção dessas fontes”.

Pauta amazônica

O senador Anibal Diniz (PT-AC) disse que os estados da Amazônia Legal elaboraram documento a ser apresentado na Rio+20, a Agenda Amazônica, com os principais temas e questões comuns à região. Entre eles, está a formulação de política ambiental que vá além

das estratégias de comando e controle, potencializando o uso econômico dos recursos florestais, dos serviços ambientais e de programas de infraestrutura e saneamento que atendam às especificidades da região.

O documento também defende o desenvolvimento de programas de pesquisa e a proteção do patrimônio histórico, dando especial atenção aos sítios arqueológicos.



Anibal destacou a Agenda Amazônica, consenso entre os governadores da região para, entre outras propostas, potencializar uso econômico dos recursos florestais

Com o aval dos especialistas

Após ouvir cientistas, Senado elabora lista de recomendações sobre os principais temas da Rio+20

Em outubro do ano passado, as subcomissões do Senado que tratavam da Rio+20 encaminharam ao Itamaraty um relatório sobre os debates realizados, apresentando sugestões para cada um dos nove temas abordados e recomendando que o Brasil adote uma posição “firme, dura e concreta contra o possível panorama de estreitamento da agenda pré-estabelecida pelas Nações Unidas”.

“Somos nós os protagonistas da Rio+20 e assim devemos nos portar em todos os níveis de negociação. Ou o Brasil se afirma agora, de vez, ou haverá um imenso retrocesso em relação ao ‘espírito’ da Rio-92”, diz o relatório conjunto da CRE e da CMA.

No documento de 131 páginas, os senadores relacionaram 62 sugestões recolhidas a partir das participações, em uma dúzia de audiências públicas em ambas as subcomissões, de 44 especialistas convidados — pesquisadores nacionais e estrangeiros, representantes do governo federal, da sociedade civil, de movimentos sociais e do segmento empresarial.

O relatório foi apresentado na subcomissão da CMA e foi dado prazo de sete dias para sugestões dos senadores. Depois de aprovado, foi entregue aos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pelos senadores Fernando Collor, Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Sintonia com a pauta

O trabalho realizado pelo Senado está em sintonia com a estratégia adotada pelo país para a conferência. Segundo informa o secretário executivo do Brasil na Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, estão programadas dez rodadas de debates com membros da sociedade civil no intervalo entre as negociações e a



Senadores pelo Rio de Janeiro, Francisco Dornelles (à esq.) e Lindbergh Farias (ao microfone) participaram de reuniões, como a que ouviu o secretário-geral da Rio+20

cúpula com chefes de Estado, entre 16 e 19 de junho.

Os dez temas são água; florestas; energia sustentável para todos e inovação; cidades sustentáveis; oceanos; desemprego, trabalho decente e migrações; crise econômica e financeira; economia do desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo; erradicação da pobreza; e segurança alimentar e nutricional.

Está prevista a participação de especialistas que vão desde ganhadores do Prêmio Nobel a presidentes de empresas e celebridades engajadas. Cada encontro vai formular três recomendações, que serão apresentadas aos chefes de Estado para debate na fase final da conferência, de 20 a 22 de junho.

Confira, a seguir, todas as recomendações feitas pelo Senado em relação aos principais temas de debate durante a Rio+20.

1. Alimentos

- Admitir o uso de sementes locais, tradicionais ou crioulas, e não somente as sementes certificadas, cujo monopólio e a

sua não adaptação a situações locais e às mudanças climáticas constituem impedimento para a produção de alimentos e um fator de fome.

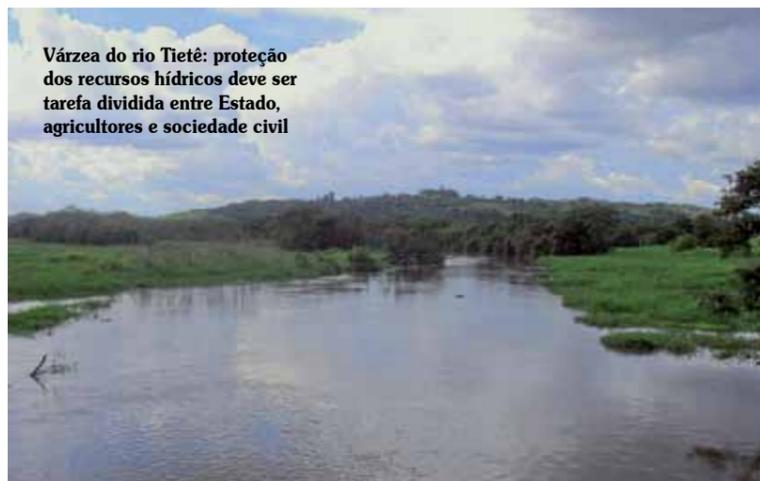
- Estimular o policultivo, cultivo consorciado ou rotação de



Produtor de arroz em São Borja (RS): estímulo ao policultivo e uso de sementes locais entre as sugestões

culturas, a fim de melhor manejar as funções diversificadas dessa produção, como as destinadas à energia.

- Promover transparência dos estoques públicos e privados de alimentos, explicitando o armazenamento da produção por parte de grandes empresas. Além disso, a sociedade civil deve ser incluída no Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).



Várzea do rio Tietê: proteção dos recursos hídricos deve ser tarefa dividida entre Estado, agricultores e sociedade civil

2. Preservação da água

- Consagrar o princípio da interdependência da proteção ambiental. Problemas, considerados internacionalmente e internamente como setoriais, na verdade estão interligados. Por exemplo, a água, como natureza e recurso hídrico, enfrenta problemas de quantidade e de

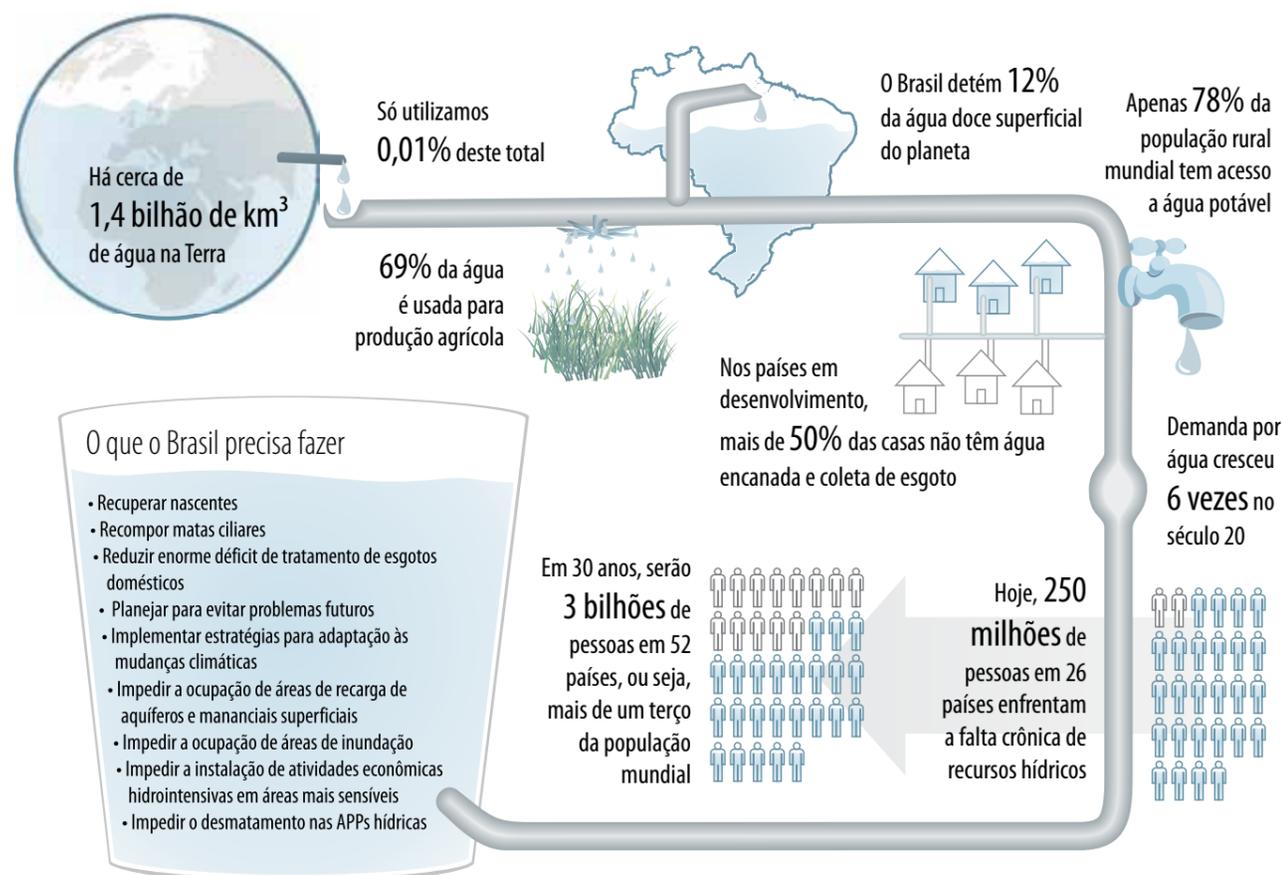
qualidade. Diante desses problemas, dois vetores são destacados: o clima e a economia. Sobre o clima, o lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera e a própria dinâmica da atmosfera global terão impacto na quantidade de água

do mundo. Sobre a economia, os recursos hídricos deixam de ser de escala local para ter uma dimensão internacional.

- Estados, administrações locais, empresas, agricultores e sociedade civil devem compartilhar a responsabilidade diante das

Consumo de água aumentou exponencialmente nas últimas décadas

Detentor de 12% da água doce superficial do planeta, Brasil precisa fazer muito para proteger esse patrimônio



Fontes: Apresentação de Paulo Lopes Varella, da Agência Nacional de Água (ANA), à CRE, Anuário 2012 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Banco Mundial.

principais causas geradoras da contaminação da água: agrotóxicos, eutroficação da água, dejetos e resíduos humanos.

No debate, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) advertiu que o Brasil dispõe de um grande manancial de águas subterrâneas, mas não tem uma política de utilização desses recursos. “Não temos uma estratégia de conservação dessas águas, que evite a contaminação dos mananciais”, explicou, defendendo a implementação de uma política nacional para massificar a produção de energia a partir de dejetos.

Rodrigo Rollemberg afirmou que uma aposta em novas tecnologias e em decisão política poderia transformar o “grave cenário atual” com a oferta de atividades que, além de restauradoras do meio ambiente, fossem “extremamente produtivas do ponto de vista econômico”.

“O que nós precisamos no Brasil é parar e planejar, com muita seriedade, responsabilidade e espírito público, o nosso futuro e construir políticas públicas nesse sentido”, defendeu.



Parque eólico, em Brotas de Macaúbas (BA): incentivar o uso de energias renováveis e limpas

3. Energia

- Estimular a pesquisa, promover e democratizar o acesso a energias renováveis e de fontes limpas, além de reduzir emissões poluentes.
- Considerar a distribuição desigual de energia como impedimento à erradicação da pobreza. (ver infográfico na próxima página).

4. Superação da pobreza

- Conceito de pobreza deve estar ligado à capacidade e liberdade das pessoas definirem suas próprias necessidades.
- Considerar o direito à alimentação na perspectiva ambiental, como uma interface com os direitos humanos.
- Além da transferência de renda, ou a partir dela, a implementação e a efetividade desse direito devem enfrentar as causas estruturais da fome, como a carência educacional e de saúde, a não sustentabilidade da produção e do consumo, a carga tributária sobre alimentos básicos e a frustração de oportunidades sociais. No plano internacional, a FAO deveria catalisar a governança nessa matéria. Cristovam Buarque acredita que

é preciso pressionar os governantes mundiais para que considerem a pobreza como parte do problema geral quando se pensa o futuro da Humanidade. “Um planeta protegido ambientalmente só para poucos não é o que se espera de uma sociedade humana que tenha um mínimo de solidariedade para com os outros”, raciocina o senador.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), esse tema é central. A Rio+20, alertou o senador, não abrirá caminho para resolver os problemas ambientais se não enfrentar a questão da pobreza.

“Deixe-me utilizar um termo ambiental: a sociedade já tem sustentabilidade em relação à miséria? A miséria não existe mais, não existe mais analfabetismo?”, indaga Randolfe. Nas políticas de combate à pobreza hoje aplicadas no país, ele vê um deslocamento do eixo da ideia original, para ele mais adequada.

“A bolsa da escola tinha dupla finalidade. Tirava da miséria e dava um instrumento para a retirada sustentável da miséria, para o futuro — a educação. Não existe outra alternativa para sair em definitivo da miséria senão a educação”, concluiu.



Luiz Henrique advertiu que país dispõe de grande manancial hídrico mas não construiu política para sua utilização racional



Pesquisador da Embrapa: fortalecimento da economia verde começa com a busca por novas tecnologias

5. Economia Verde

Geral

- Explorar as relações entre a promoção da economia verde e as políticas de redução da pobreza.
- Implementar a economia verde segundo preconizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), destinando 2% dos

Energia solar é a solução?

Recentes descobertas tecnológicas tendem a baratear a construção dos captadores solares, além de aperfeiçoar a capacidade de converter o calor do Sol em energia e abastecer as necessidades humanas

100% limpa, 100% abundante, 100% renovável



50 minutos de luz solar incidente sobre a parte sólida da Terra...



...supririam toda a necessidade do planeta por um ano



Usando uma área equivalente ao estado de Goiás (0,058% da superfície da Terra)...



...seria possível coletar energia solar e abastecer toda a humanidade

Já é economicamente viável

Concentradores solares produzem calor equivalente ao petróleo a um custo mais baixo



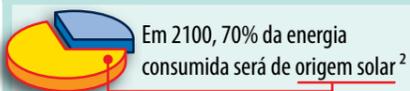
US\$117¹



US\$50

Custo da energia solar caiu em média 4% ao ano desde 1995

Previsão é o preço cair à metade na próxima década



¹ Cotação de 25 de abril de 2012

² Estudo do Conselho Mundial da Energia (2007)

Geração de energia no mundo

Tipo	Potencial	Uso atual
Biomassa	14 GW <i>Só a palha de cana</i>	3,7 GW em 2008
Eólica	143 GW <i>Não considera inovações tecnológicas desde 2001</i>	1,3 GW
Solar	Entre 1.642 e 2.300 kWh/m ² <i>Incidência média de radiação solar</i>	Insignificante

Fonte: Apresentação de Carlos Rittl (WWF) à CRE

O mundo já está apostando

Nos Estados Unidos...

- 24 usinas em operação, desde 1984
- 103 projetos de novas usinas em andamento
- Total de geração: 35 mil MW (8,5 usinas de Belo Monte em potência firme)
- Projeto: cobrir 45 mil km² de áreas desérticas com coletores-espelho, o que atenderia a 35% do consumo de energia total

Na Europa...

- Geração de energia por óleo deve acabar em 2030 e a nuclear em 2040
- Mix energético em 2050 será baseado em 10 fontes de energia – a maioria renovável³
- Projeto Desertec (solar, eólica etc.) quer abastecer 15% a 18% da demanda dos 27 países da União Europeia

³ Segundo a Estratégia Europeia para Energia Sustentável, Competitiva e Segura (2006), da União Europeia.



Usina solar em Rovigo (Itália)

- Inaugurada em 2010, é a maior usina solar da Europa
- Potência firme: 70 megawatts
- Prazo de construção: 9 meses
- Atendimento: 17 mil residências

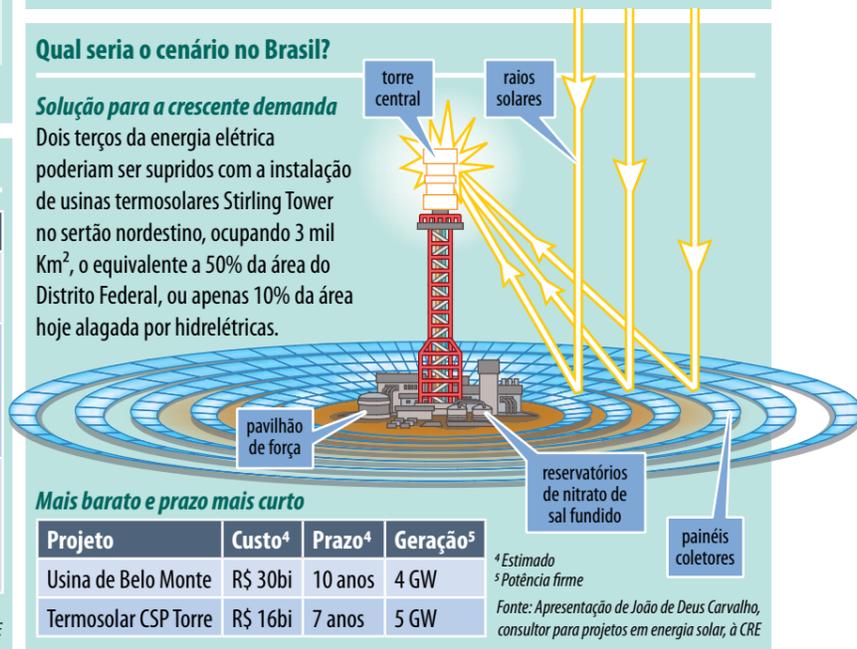
- Benefícios: evita a emissão de 40 mil toneladas de gás carbônico, o equivalente a retirar 8 mil carros de circulação

Fontes: White Book (2008) do projeto Desertec e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Qual seria o cenário no Brasil?

Solução para a crescente demanda

Dois terços da energia elétrica poderiam ser supridos com a instalação de usinas termosolares Stirling Tower no sertão nordestino, ocupando 3 mil Km², o equivalente a 50% da área do Distrito Federal, ou apenas 10% da área hoje alagada por hidrelétricas.



Mais barato e prazo mais curto

Projeto	Custo ⁴	Prazo ⁴	Geração ⁵
Usina de Belo Monte	R\$ 30bi	10 anos	4 GW
Termosolar CSP Torre	R\$ 16bi	7 anos	5 GW

⁴ Estimado
⁵ Potência firme

Fonte: Apresentação de João de Deus Carvalho, consultor para projetos em energia solar, à CRE



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Randolfe: Rio+20 não abrirá caminho para resolver problemas ambientais se não enfrentar a questão da pobreza

- investimentos atuais para dez setores considerados prioritários: agricultura, edificação, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, gestão de resíduos e água.
- Instituir marcos regulatórios e fiscais, desenvolver tecnologias e promover um cenário de governança mundial que favoreça a transição para a economia verde.
- Promover o fortalecimento da economia verde em um contexto de busca por novas tecnologias que impulsionem um novo ciclo de desenvolvimento econômico.
- Valorizar os recursos naturais para evitar o uso predatório destes.
- Adotar estratégias de superação da pobreza, o que requer justa repartição da renda; de transição demográfica, o que requer medidas de controle populacional; e de garantia da proteção do meio ambiente, o que requer a redução do consumo atual.
- Considerar eventuais efeitos negativos inesperados da transição para a economia verde e a possibilidade de que os efeitos positivos não se concretizem.
- Atentar para a necessidade de conduzir a transição para a

economia verde no contexto do conceito de desenvolvimento sustentável, que contempla valores como soberania, equidade, meio ambiente equilibrado, funções ecológicas, uso sustentável, direitos humanos e redução de emissões, entre outros.

Em discussões sobre esse tema na CRE, Cristovam Buarque disse que é preciso caminhar para uma economia verde, equilibrada ecologicamente, no sentido de usar o que a Terra oferece, de maneira reciclável. "Hoje, quando se fala em aumentar o produto da economia, é para aumentar a riqueza, não para reduzir a pobreza. Às vezes, a riqueza se espalha, o que os americanos chamam de *trickle down*. Mas nem sempre. É preciso haver um objetivo de reduzir as necessidades públicas", afirmou.

Agropecuária

- Incentivar o produtor a melhor manejar recursos naturais, a fim de tornar o sistema mais eficiente e apto ao enfrentamento de eventos de crise, como mudanças climáticas.
- Manter cobertura vegetal alta não é incompatível com produção intensiva de alimentos.
- Praticar política agrícola de longo prazo é condição para o desenvolvimento sustentável.
- Defender que infraestrutura, educação e transferência

- tecnológica são requisitos para a economia verde.
- Conceder ao produtor primário mais do valor agregado na cadeia produtiva, o que pode ser viabilizado mediante o cooperativismo.
- Gerar incentivos científicos que ofereçam soluções ao produtor, como recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, ampliação das áreas de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, manejo integrado de pragas e de nutrientes, e o manejo racional da água.

Serviços Ambientais

- Os países devem: estabelecer marcos regulatórios inteligentes e sólidos; priorizar investimentos e gastos públicos que impulsionem a "reconversão verde" dos setores econômicos; reduzir gastos públicos em áreas que esgotem o capital natural; usar a tributação e instrumentos baseados no mercado para modificar as preferências dos consumidores e estimular os investimentos verdes e as inovações; investir na formação e desenvolvimentos de capacidades; fortalecer a governança internacional.
- Defender a descarbonização da agroindústria; a melhoria da gestão de recursos hídricos; a melhoria do tratamento de resíduos; o uso de energias



Área de reflorestamento no DF: países devem criar marcos regulatórios inteligentes para os serviços ambientais

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Rua na favela da Rocinha: estímulo à "desmigração" como uma das soluções para problemas dos grandes centros urbanos



SCOTT HADFIELD

renováveis derivadas, por exemplo, da biomassa; os investimentos em turismo rural; as pesquisas em melhoramento genético para ampliar resistência a doenças e pragas e criar técnicas de controle biológico; o uso eficaz de insumos e o desenvolvimento de insumos alternativos; a melhoria nutricional dos alimentos, a eficiência dos sistemas produtivos e a produção orgânica; a ampliação da fixação biológica de nitrogênio e a redução de perdas e desperdícios.

- Desatrelar consumo de desenvolvimento econômico.
- Considerar a perda de ativos ambientais na contabilidade econômica.
- Considerar serviços ambientais como meios de acesso e garantia de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de populações que têm modo de vida e de produção que leva em conta a preservação do meio ambiente.
- Converter multas aplicadas pelo desmatamento em ações de recuperação ambiental.
- Proteger conhecimentos sobre a biodiversidade brasileira, inclusive por meio de patentes.
- Investir em estratégias de *marketing* das iniciativas verdes, particularmente da produção sustentável, além de se trabalhar com processos de certificação e incentivos às cadeias de produção e de comercialização.



MÁRCIA KALUWE

Eduardo Braga aposta que, após a crise internacional, economia verde voltará para a mesa de negociações

MDL e Redd+

- Propor a instituição de fundos, a exemplo do Fundo Amazônia.
- Assegurar mecanismos de Redd+ independente de um mercado compensatório, para que as contribuições que países em desenvolvimento oferecerem para a redução das emissões de carbono sejam adicionais às contribuições dos países desenvolvidos.
- Basear as atividades de Redd em estimativas de emissões confiáveis, o que exige metodologias para verificação dos sistemas de emissões com transparência, consistência, comparabilidade e abrangência.
- Promover a "abordagem aninhada", que permite aos países começar atividades de Redd+ subnacionais e, gradualmente, passar para uma abordagem nacional.
- Criar regras internacionais para creditar as atividades de Redd, com comunicação, monitoramento e verificação, sistema de pagamento, tanto em âmbito nacional como internacional.
- Criar estrutura institucional que dê segurança para as partes e garanta os benefícios climáticos que são esperados tanto dos Mecanismos de Desenvolvimento

Siglas relativas aos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+)

Limpo (MDL) quanto dos mecanismos de Redd+.

Para o senador Eduardo Sulycy (PT-SP), a preocupação com o meio ambiente precisa abraçar incentivos, ou seja, "adicionar um novo tipo de receita para o governo". Ele propôs que seja adotada uma taxa internacional que incida sobre pessoas (ou empresas) que causem maior dano por suas emissões de carbono.

Já o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) é autor de um projeto para instituir no Brasil o sistema Redd+, sugerindo possíveis fontes de financiamento para projetos de redução de emissões, como fundos nacionais, recursos de acordos bilaterais ou multilaterais e investimentos privados.

Braga avalia que a crise na economia mundial desacelerou o avanço dos mecanismos de promoção da economia verde, mas não tem dúvida de que esse é o caminho para o futuro.

"Logo após essa crise, a economia verde voltará para a mesa de negociações. E se o Brasil chegar lá como vanguarda, como pioneiro, seremos comandantes de um processo em que temos os dois lados da moeda: um ativo florestal, do clima, e o ativo do agronegócio", observa.

6. Cidades

- Adotar políticas públicas eficientes de promoção da coleta seletiva e reciclagem de lixo.
- Estimular a "desmigração" como solução para problemas urbanos das grandes cidades, conjugada com a execução de

projetos habitacionais, educacionais e de saúde nas cidades médias.

7. Governança

- Promover continuamente a conscientização da população e dos agentes públicos sobre a importância da preservação ambiental.
- Implementar mecanismos de governança ambiental internacional segundo os seguintes princípios: participação, consenso, transparência, agilidade, eficiência, efetividade, equidade, inclusão e respeito ao estado de direito.
- Adotar medidas para compatibilizar o tempo da política (democracia baseada em eleições periódicas) com a necessidade de administração do planeta em longo prazo.
- Evitar a duplicação e sobreposição de competências, diminuir os custos e promover a união de esforços para aumentar a eficiência da cooperação internacional ambiental.
- Instituir mecanismos de governança que promovam o aumento da efetividade do sistema de controle dos tratados ambientais internacionais.

8. Biodiversidade

- Ampliar as pesquisas sobre a biodiversidade em âmbito mundial, tendo em vista, especialmente, a intensificação do efeito estufa e as mudanças climáticas.
- Ampliar os investimentos mundiais em unidades de



ELZA FIUZA/ABR

conservação ambiental.

- Incorporar a biodiversidade na cadeia produtiva, tendo em vista que há uma série de elementos econômicos associados à biodiversidade que podem ser desenvolvidos.
- Aprimorar o planejamento do uso do solo.
- Avaliar os impactos da mudança do clima sobre a proliferação e a migração de vetores de doenças.
- Instituir mecanismos para conter o desmatamento, em especial no bioma amazônico.
- Instituir mecanismos de restauração de ecossistemas.
- Aprofundar os avanços decorrentes da Rio-92.
- Estabelecer mecanismos mais sofisticados de relacionamento entre os setores econômicos, sociais e ambientais.

9. Decrescimento

- Atentar para o caráter potencialmente irreversível das transformações ambientais hoje em

Documento do Senado defende reformulação dos padrões "insustentáveis" de produção e consumo

curso, alimentadas pelos crescimentos populacional e do consumo material *per capita*.

- Promover a reformulação dos padrões insustentáveis de produção e consumo.
 - Adotar novos indicadores de desempenho, diferentes do produto interno bruto (PIB), que já não retrata a realidade social tangível, substituindo-o, por exemplo, pelo índice de desenvolvimento humano (IDH) ou pelo indicador de progresso real (IPR).
 - Atentar para o caráter ilusório do ideário desenvolvimentista, da cultura do supérfluo e do descartável.
 - Estimular o uso do transporte coletivo, em substituição aos veículos particulares.
 - Incentivar a produção agroecológica e familiar de alimentos.
 - Atentar para as estratégias de obsolescência programada, promovidas pela indústria em geral.
- Para Cristovam Buarque, decrescimento é um tema polêmico, porque, nos últimos 200 anos, houve grande aceitação de que crescimento econômico é a chave do bem-estar da Humanidade. "Propor decrescimento como um caminho parece heresia. Creio que podemos começar a imaginar que felicidade não é sinônimo de maior produção", disse o senador.



JANE ARAÚJO/AGÊNCIA SENADO

Bioma amazônico precisa de maior proteção contra desmatamento, recomendam os senadores



Sessão do Congresso Nacional aprova, em dezembro de 2011, a liberação de R\$ 430 milhões para a realização da Rio+20

Presente e participante

Senado envia à Rio+20 comissão externa com 24 integrantes

O Senado será representado, na Rio+20 por um grupo de 24 senadores. O requerimento para a criação de comissão externa temporária foi aprovado pelo Plenário no final de fevereiro, e o grupo estará presente durante os debates programados para meados de junho. A criação de uma comissão externa foi sugerida pelos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Fernando Collor (PTB-AL) e aprovada na CMA, antes de ser ratificada pelo Plenário.

Formada por 12 titulares e outros 12 suplentes (veja a lista de integrantes na pág. 55), a comissão já participa como observadora da última reunião preparatória de alto nível (Prepcom) da Rio+20, entre 28 e 30 de maio, também no Rio, quando será debatida a redação dos documentos finais a serem aprovados pelos chefes de Estado.

Esperanças e preocupações

Os senadores têm atuado em sintonia com os órgãos encarregados, na esfera federal, de trabalhar pelo sucesso do evento, como a Comissão Nacional, o Comitê Nacional de Organização e a Assessoria Extraordinária para a Rio+20, todos criados pelo Decreto 7.495/11. Em dezembro passado, o Congresso aprovou a

liberação de R\$ 430 milhões para garantir a organização da Rio+20.

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, e assegurou que o Brasil está mobilizado para garantir o sucesso da conferência. Sarney disse esperar que o evento seja um grande avanço na defesa do meio ambiente.

“O meio ambiente diz respeito não apenas a um país, mas ao futuro do próprio homem”, registrou Sarney, que, como presidente da República, criou, ao tomar

posse em março de 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Anfitrião, como presidente da República, da conferência realizada em 1992 e atual presidente da CRE, o senador Fernando Collor pede prioridade para a garantia de que o mundo não dará um passo atrás em relação aos acordos firmados há 20 anos.

“É fundamental que estabeleçamos o princípio da não regressão. Nenhuma resolução pode ser adotada que signifique o retorno



O chinês Sha Zukang e Sarney, em Brasília: esperanças de grandes avanços na defesa do meio ambiente

a uma situação anterior. A Rio-92 foi um êxito fantástico, mas parece que alguns países se acomodaram e que há um enorme déficit de implementação dos compromissos assumidos então. Portanto, é preciso ter claro que nenhum novo tratado poderá retroagir para alterar metas, objetivos e diretos acordados”, considerou Collor.

Já Rodrigo Rollemberg, que preside a CMA, manifestou sua preocupação em garantir a presença no Brasil do maior número possível de chefes de Estado e de governo e lembrou frase do próprio secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, segundo a qual precisaríamos de cinco planetas iguais ao nosso se estendêssemos o padrão de consumo dos países ricos a todo o mundo.

Para Jorge Viana (PT-AC), outro titular da comissão externa à Rio+20, a conferência tem poder para contribuir para a melhoria da qualidade de vida em todo o mundo. “Tem de haver uma mudança no padrão de consumo das pessoas. Tem de haver uma mudança no padrão de produção, e nós temos de nos aproximar de um mundo sustentável, se não quisermos sofrer as consequências dos desastres que vão decorrer dessa falta de atenção e de juízo”, advertiu Viana.

Também indicado para representar o Senado na conferência,

Sérgio Souza (PMDB-PR) apontou a participação popular como pré-requisito fundamental para a implantação do desenvolvimento sustentável.

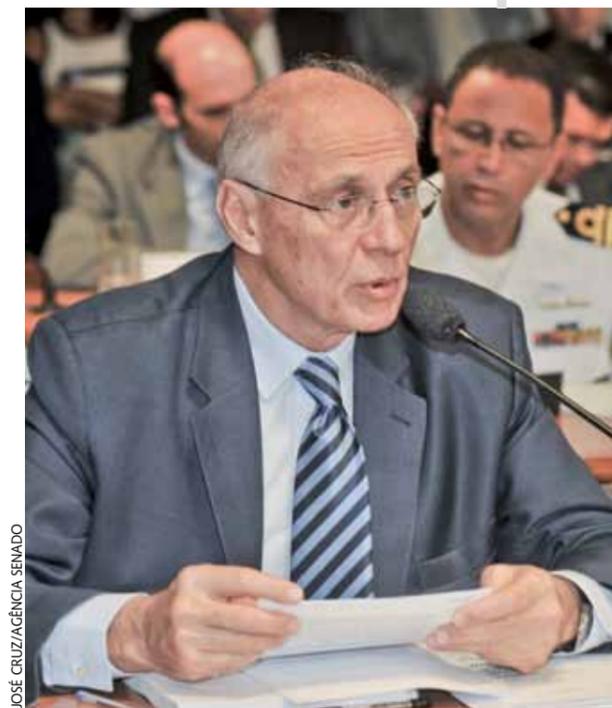
“É importante permitir que todos tenham a oportunidade de participar e decidir sobre o futuro que queremos e que cada setor possa trazer suas experiências de engajamento nesse processo. No caso da iniciativa privada, as indústrias devem buscar um novo modelo de desenvolvimento, que priorize a sustentabilidade, adotando um novo paradigma da economia verde. Todos precisam também contribuir para a erradicação da pobreza e dar atenção especial a crianças e jovens”, disse.

Integrado às discussões sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente travadas no Senado desde o ano passado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que é preciso trabalhar para realizar a Rio+20 à luz de um “novo paradigma civilizatório para a Humanidade”. Segundo ele, o século 21 é marcado pela democracia, pela velocidade tecnológica e pela forte atuação da juventude, e não mais pelo domínio das elites tradicionais.

“Se a Rio+20 e as revoltas dos jovens fracassarem, o planeta estará fadado a um triste destino, pois, sem mudanças nas políticas ambientais, as gerações futuras estarão comprometidas”, avaliou.



Para Jorge Viana, ou nos aproximamos do mundo sustentável ou vamos sofrer as consequências dos desastres naturais



É preciso trabalhar para realizar a Rio+20 à luz de um novo “paradigma civilizatório para a Humanidade”, diz Eduardo Suplicy

Quem está na comissão

Titulares

Acir Gurgacz (PDT-RO)
Jorge Viana (PT-AC)
Lindbergh Farias (PT-RJ)
Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
Luiz Henrique (PMDB-SC)
Eduardo Braga (PMDB-AM)
Sérgio Souza (PMDB-PR)
Francisco Dornelles (PP-RJ)
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
José Agripino (DEM-RN)
Fernando Collor (PTB-AL)
Blairo Maggi (PR-MT)

Suplentes*

Cristovam Buarque (PDT-DF)
Eduardo Lopes (PRB-RJ)
João Capiberibe (PSB-AP)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Paulo Bauer (PMDB-SC)
Ana Amélia (PP-RS)
Jayme Campos (DEM-MT)
Gim Argello (PTB-DF)
Vicentinho Alves (PR-TO)

* A liderança do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP e PV) ainda tem três vagas de suplentes na comissão.



Cícero Lucena (3º à esq.) participa de reunião em Berlim, onde se definiu estratégia para 1ª Cúpula Mundial de Legisladores

GLOBE

Parlamentares se articulam para cobrar mudanças

Uma série de eventos paralelos está prevista para dentro e fora do Riocentro, antes e durante a Rio+20. Governos, grupos organizados, entidades ligadas à ONU e a outras organizações intergovernamentais tiveram a chance, até 30 de março, de apresentar propostas ao comitê organizador para participar da megaconferência. Para o Senado, o mais importante deles é a 1ª Cúpula Mundial

de Legisladores, de 15 a 17 de junho, que reunirá, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, cerca de 300 parlamentares de mais de 190 países. O objetivo é discutir a questão da sustentabilidade e o papel dos parlamentos nacionais no monitoramento de políticas públicas governamentais voltadas para o meio ambiente.

Organizado pela Globe International, com apoio da ONU, do governo brasileiro e da prefeitura do Rio, a reunião avaliará como traduzir compromissos assumidos durante a Rio+20 nas legislações dos países envolvidos.

“Nosso objetivo é construir uma proposta consistente, a partir da experiência dos parlamentares que manifestam preocupação com o meio ambiente”, ressaltou o senador Cícero Lucena (PSDB-CE), presidente da instituição no Brasil, que participou, em março, em Berlim, do encontro de planejamento da cúpula.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que integra o grupo parlamentar responsável pela cúpula e participou de reuniões em Londres e Bruxelas, informa que legisladores de todo o mundo querem se encontrar a cada dois anos para monitorar o trabalho dos governos em relação ao que for assumido na Rio+20.

“Há um entendimento de que muitas das decisões tomadas nas convenções internacionais não são implementadas por falta de envolvimento dos parlamentos. A ideia é que, a cada dois anos, essa cúpula possa se reunir para acompanhar a implementação das convenções internacionais relativas ao desenvolvimento sustentável”.

Além dessa agenda de fiscalização, a 1ª Cúpula Mundial de Legisladores também promove a troca de informações sobre legislação ambiental e a incorporação do conceito de capital natural.

“É preciso envolver os ministros da Fazenda na discussão de capital natural, em duas vertentes: no pagamento por serviços ambientais e na valoração dos recursos naturais”, explicou Rollemberg.

Ouvidos no Senado, representantes de comitês estaduais da sociedade civil que participarão da Rio+20 reforçaram a importância da agenda paralela como forma de dar visibilidade ao movimento ambiental, destacando a Cúpula dos Povos. Para ver o calendário completo e atualizado dos eventos paralelos, acesse o site oficial da conferência: <http://www.rio20.info/2012/>.



Rollemberg (D), com legisladores em Londres: é preciso monitorar compromissos assumidos pelos governos

GLOBE



29 de abril de 2011
Palácio Itamaraty
Rio de Janeiro

Senadores contribuem para a organização

Além dos debates realizados pelas comissões desde o ano passado, o Senado também contribuiu para a organização da Rio+20.

Uma comitiva da Comissão de Relações Exteriores (CRE) foi ao Rio, em março, para inspecionar os locais dos eventos. Fernando Collor, Valdir Raupp (PMDB-RO), Sérgio Souza, Blairo Maggi, João Capiberibe, Lindberg Farias e Ana Amélia (PP-RS), acompanhados pelo secretário nacional da Rio+20, Luiz Alberto Figueiredo Machado, estiveram no Riocentro, onde mais de 100 chefes de Estado ou de governo devem marcar presença. Inaugurado em 1977, o Riocentro ocupa 570 mil m², com cinco pavilhões e estacionamento para 7 mil carros.

O Senado terá no Pavilhão 4 do Riocentro um espaço de 100m² para realização de reuniões.

Mas nem todos os 50 mil credenciados para a conferência poderão entrar no Riocentro. Boa parte dos participantes estará em outros espaços da Rio+20, como o Parque dos Atletas, que abrigará atividades dos governos estrangeiros, ministérios e governos estaduais. A comitiva também esteve no espaço onde o Senado vai manter um estande.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) vai realizar duas audiências públicas durante a Rio+20. No dia 19 de junho, às 14h, a reunião vai avaliar como o aquecimento global será abordado na Rio+20. E, em conjunto com a CRE, a CMMC, a pedido

da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também vai discutir o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Vice-presidente da CMMC, a senadora quer que a Rio+20 promova avanços práticos para combater os fatores que afetam a elevação da temperatura no planeta.

Já o senador Sérgio Souza, relator da CMMC, espera que os líderes mundiais se comprometam na Rio+20 a acelerar a implementação das Metas e Objetivos do Milênio até 2015. Na sua avaliação, “em hipótese alguma”, deve-se excluir da pauta de debates a erradicação da pobreza e a geração de empregos em nações menos desenvolvidas.

No dia 20 de junho, reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate os compromissos a serem assumidos na Rio+20 em relação às áreas de proteção permanente mundiais. A audiência acontece às 10h no espaço Agro Brasil, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), no Pter Mauá.

Rio Climate Challenge

Iniciativa das subcomissões Rio+20 no Senado e da Câmara, com apoio da Prefeitura do Rio, a conferência Rio Climate Challenge, de 13 a 21 de junho, no Centro de Convenções SulAmérica, e pretende apoiar o trabalho da ONU com vistas a um acordo vinculante para o clima em 2015, com

a definição de metas para evitar o aumento da temperatura global em 2°C. O evento poderá produzir recomendações também para a Convenção do Clima (COP-18) de dezembro, no Catar.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Vanessa Grazziotin, eleita vice-presidente da Comissão sobre Mudanças Climáticas: esperança de avanços práticos na Rio+20



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Sérgio Souza não admite excluir da pauta a erradicação da pobreza e a geração de empregos nos países mais pobres

Para saber mais

O preparo da edição de **Em discussão!** sobre a participação do Senado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) considerou as audiências públicas realizadas especialmente pelas subcomissões criadas nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA). Somente no ano passado, foram 19 reuniões destinadas a analisar a organização, as negociações e os temas específicos em discussão em junho de 2012.

As comissões, incluindo a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), realizaram reuniões importantes sobre o tema, uma delas com a participação do secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang. Todo o material, incluindo as apresentações dos convidados para debater com os senadores, pode ser encontrado nas páginas da CRE, da CMA e da CMMC no *site* do Senado na internet.

- Subcomissão da Rio+20 na CRE: <http://bit.ly/JOCuNP>.
- Subcomissão da Rio+20 na CMA: <http://bit.ly/LbbOo5>.
- CMMC: <http://bit.ly/KwxOPs>.

Muito importante foi o relatório apresentado em novembro de 2011 ao Itamaraty pelas comissões, como contribuição do Senado à pauta da Rio+20, que resume os temas tratados nas audiências públicas realizadas até então: <http://bit.ly/KyMUE0>.

De posse do que fora produzido no Senado, a equipe da revista pesquisou as informações oficiais sobre a Rio+20, a começar pelo documento *O Futuro que Queremos (The Future we Want)*, mais conhecido como *Esboço Zero* do evento: <http://bit.ly/JOTR18>.

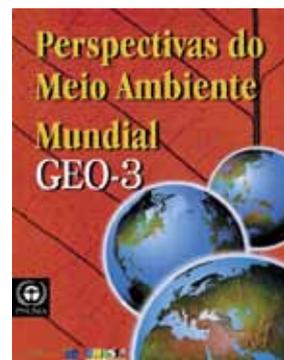
A contribuição do governo brasileiro para a conferência também está sistematizada em um relatório, disponível em: <http://bit.ly/JFOZuT>.

Os *sites* oficiais sobre o evento, bem como os de organizações da sociedade civil, também concentram grande manancial de dados sobre o evento e os temas em discussão:

- *Site* oficial da ONU em português sobre a Rio+20: <http://www.rio20.info/2012/>.
- *Hotsite* do Ministério do Meio Ambiente sobre a Rio+20: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/>.



- Um histórico das negociações para harmonizar meio ambiente e desenvolvimento pode ser encontrada no relatório *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial — GEO-3*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), especialmente no capítulo 1 — "Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972–2002": <http://bit.ly/LXy2wS>.



Outros documentos relevantes para consulta

- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: <http://bit.ly/L3Xn5s>.
- Agenda 21: <http://bit.ly/K3Assd>.
- Relatório Brundtland *Nosso Futuro Comum* (ONU): <http://bit.ly/KdsEIB>.
- Declaração de Joanesburgo (2002): <http://bit.ly/MhuBnv>.
- Documento do Pnuma sobre economia verde: <http://bit.ly/JmfwiK>.
- *Relatório de Avaliação Ecológica do Milênio* (ONU): <http://bit.ly/KthyNY>.
- *Desenvolvimento e Mudança Climática* (Banco Mundial, 2010): <http://bit.ly/Kkrg2k>.
- *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (Banco Mundial, 2011): <http://bit.ly/JI6T0q>.
- *Relatório Perspectivas Econômicas Globais* (Banco Mundial 2012, em inglês): <http://bit.ly/KthEVK>.
- Análises do Centro de Estudos e Pesquisas Brics sobre a Rio+20. 1) Posição do Brasil: <http://bit.ly/KZ6hlc>. 2) Posição da China: <http://bit.ly/KLYMAM>. 3) Posição da Índia: <http://bit.ly/JRjorG>. 4) Posição da Rússia: <http://bit.ly/KkrkiQ>. 5) Posição da África do Sul: <http://bit.ly/JhGfs8>.
- *Rio Mais ou Menos 20* (manifesto de ex-ministros do Meio Ambiente): <http://bit.ly/KdsPNI>.
- "Expectativas para a Rio+20" (artigo de Tarciso Dal Maso Jardim): <http://bit.ly/KLYVnM>.
- *Livro Branco do Projeto Desertec* (energia solar e outras fontes alternativas): <http://bit.ly/K3AUGU>.
- "Seguridad energética: la nueva escasez, el resurgimiento del nacionalismo y el futuro de los enfoques multilaterales", de Dietmar Dirmoser: <http://bit.ly/KkrpD4>.
- "Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?", de Philippe Pomier Layrargues: <http://bit.ly/JtlxLa>.
- "Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável", de Gilberto Montibeller Filho: <http://bit.ly/IWh1kX>.
- *Governança Ambiental Internacional*: <http://bit.ly/KdsURu>.

Seja uma **Jovem Senadora**



JOVEM SENADOR
2º Concurso de Redação do Senado Federal
Meu município, meu Brasil



Escreva sua redação com o tema:

Meu município, meu Brasil.

O vencedor do concurso de redação de cada Estado e do DF participará do Projeto Jovem Senador 2012, em Brasília.

Saiba mais: www.senado.gov.br/jovemsenador
Twitter: @jovemsenador



Se você é estudante do ensino médio de escola pública estadual ou do DF, veja como participar no site.



Informação clara e imparcial, onde você estiver



Há mais de 16 anos, o Jornal do Senado leva ao cidadão a informação mais completa sobre o que acontece no Senado Federal. E faz isso sempre acompanhando a evolução dos meios de comunicação. Além da versão impressa, você pode acessar o Jornal do Senado pelo portal de notícias na internet, pelo Twitter ou pela newsletter, via e-mail. Neste caso, basta se cadastrar no portal.



Twitter: @jornaldosenado | www.senado.gov.br/jornal